

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JORDY BOLIVAR PASA

**PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL – REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:
PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**

**PORTO ALEGRE
2016**

JORDY BOLIVAR PASA

**PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL – REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:
PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**

Monografia de graduação apresentada junto ao curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva.

**PORTO ALEGRE
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Pasa, Jordy Bolivar

Parceria Estratégica Brasil - República Popular da China: Passado, Presente e Perspectivas para o Futuro / Jordy Bolivar Pasa. -- 2016.

62 f.

Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Brasil. 2. China. 3. Política Externa. 4. Parceria Estratégica. I. Silva, André Luiz Reis da, orient. II. Título.

JORDY BOLIVAR PASA

**PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL – REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:
PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**

Monografia de graduação apresentada junto ao curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 15 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins
Universidade Feevale

AGREDECIMENTOS

Agradeço ao Professor André Luiz Reis da Silva, pela disposição e pelas valiosas contribuições ao presente trabalho.

Agradeço, também, à Professora Gláucia Campregher, por me ensinar a contemplar o mundo em sua complexidade e a distinguir as diferenças dentre os iguais e as igualdades dentre os diferentes.

Agradeço, ainda, a todos os meus demais professores, que, em uma vida em sala de aula, transformaram-me através da educação.

Agradeço, por fim, aos meus pais, Clair e Valdir, pela confiança imensurável, pelo apoio inesgotável e, acima de tudo, pelo amor incondicional.

Com o avanço da globalização, nossos dois grandes países [Brasil e China] deveriam aproximar-se ainda mais, unindo esforços com vistas a desempenhar seus respectivos papéis na sociedade internacional e, com isso, cumprir seus destinos históricos.

(Li Mingde, 2003)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar o trajeto histórico, as condições atuais e as perspectivas para o futuro da parceria estratégica entre o Brasil e a República Popular da China. Edificada no princípio dos anos de 1990, a parceria estratégica sino-brasileira é resultado, em grande medida, das duas décadas de relações diplomáticas entre brasileiros e chineses que a antecederam. Foi somente a partir de sua definição, contudo, que os laços entre Brasília e Pequim ganharam peso significativo frente às estratégias nacionais de ambos os países. É também com a parceria estratégica que nota-se a dinamização das relações entre Brasil e China, processo que levaria, nos nossos anos, ao estabelecimento da China como principal parceiro comercial brasileiro no mundo, além de notório aliado em diversas áreas, e à consolidação do Brasil como o grande associado chinês em termos políticos e econômicos na América do Sul. Uma série de fatores, entretanto, turvam, hoje, o futuro de tais relações, em um cenário de instabilidade que carece de muitas respostas. Através de uma série de passos metodológicos, aqui se examinará os detalhes deste caso, esforço justificado, em termos de importância, pela relevância dos laços estabelecidas entre Brasil e China e pela relativa escassez de produções tanto brasileiras quanto chinesas sobre tanto.

Palavras-Chave: Brasil; China; Política Externa; Parceria Estratégica.

ABSTRACT

This paper's main goal is to evaluate the historical path, the current conditions and the future perspectives of the strategic partnership between Brazil and the People's Republic of China. Elaborated in the beginning of the 1990s, the Brazil-China strategic partnership is largely the result of the two decades of diplomatic relations between Brazilians and the Chinese that preceded its formulation. Nevertheless, it was only after its emergence that the ties between Brasilia and Beijing were granted with significant importance regarding both countries' national strategies. Such strategic partnership also inaugurated a dynamic period in the history of the Sino-Brazilian relations that led to the establishment of China as Brazil's largest commercial partner in the world and as a notorious ally in many other areas. Brazil, on the other hand, became throughout time China's leading associate in political and economical terms in South America. However, a number of factors cloud today the future of such relation due to a scenario of instability characterized by many unanswered questions. Through a series of methodological steps, this research will examine the details of such case, an attempt justified by the relevance of the ties settled between Brazil and China and furthermore by the relatively small amount of scientific works produced so far in this specific area.

Key Words: Brazil; China; Foreign Policy; Strategic Partnership.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 ANTECEDENTES E EDIFICAÇÃO.....	14
2.1 Origem e Nascimento das Relações Sino-Brasileiras.....	14
2.2 Ordenamento Mundial Pós-Guerra Fria e Parceria Estratégica.....	20
3 AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO.....	27
3.1 Neoliberalismo e Universalismo no Desfecho dos Anos de 1990.....	27
3.2 Desenvolvimento e Comércio em um Novo Milênio.....	35
4 PRESENTE E CONTINUIDADE.....	41
4.1 Evolução das Relações Econômicas e a Ameaça Chinesa.....	41
4.2 Instabilidade Brasileira e o Mundo Harmonioso Chinês.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

A parceria estratégica estabelecida entre Brasil e China no fim do século XX destaca-se como uma das mais expressivas iniciativas de cooperação entre potências emergentes desde o nascimento de um novo ordenamento na comunidade internacional após o desfecho das longas décadas da Guerra Fria. Debruçando-se sobre sua elevada importância, portanto, pretende-se, no presente trabalho, traçar um caminho que perpassasse os sucessivos eventos que marcaram as relações sino-brasileiras a partir de 1993, ano em que a elas foi concedida a qualidade de estratégicas. Insere-se, assim, no campo de estudos de política externa brasileira e chinesa e, subsidiariamente, no de economia internacional e, ainda, de cooperação Sul-Sul.

Dedica-se, principalmente, à seguinte questão: quais foram os antecedentes, como se construiu e qual a importância histórica e atual da parceria estratégica sino-brasileira para Brasil e China? Perguntas subsidiárias, ademais, emergem frente à pesquisa, de modo a aprofundá-la: em meio a qual conjuntura internacional fundou-se a parceria estratégica entre China e Brasil? Quais foram os obstáculos iniciais? Como tal relação se desenvolveu ao longo do tempo? Finalmente, onde se encontra nos tempos atuais e quais são as perspectivas para seu futuro? Para respondê-las, parece essencial comparar o conteúdo das políticas externas brasileira e chinesa durante os últimos vinte e cinco anos, aproximadamente, além de mensurar a importância que as relações sino-brasileiras assumem tanto para o Brasil quanto para a China, dado o diferente peso que cada um dos países toma frente ao outro. Apontar as convergências e divergências nos posicionamentos adotados por ambos os países frente aos grandes temas de sua agenda de cooperação bilateral é também de alta relevância para a pesquisa, além, ainda, de assinalar tendências para o futuro dessas relações através da averiguação de sua linha evolutiva e, finalmente, de indicar os desafios que erguem-se frente às suas possibilidades de aprofundamento.

A hipótese é de que a parceria estratégica sino-brasileira se edificou, não sem desafios, através de diversas iniciativas de cooperação entre os dois países nos campos econômico-comercial, político e tecnológico e que, atualmente, é parte significativa dos planos de desenvolvimento e estratégias político-econômicas internacionais de ambos. Com vistas a verificá-la satisfatoriamente, tomar-se-ão os seguintes passos: apresentar-se-á os conceitos essenciais para o entendimento das relações sino-brasileiras e, caso não haja consenso sobre o conteúdo dos termos, apontar-se-á o debate em torno de tais; formular-se-á um panorama histórico de tais relações durante as últimas quatro décadas; coletar-se-á as visões compartilhadas pelos principais autores da área quanto aos contenciosos históricos das

relações sino-brasileira; investigar-se-á os pontos de divergência e convergência entre as políticas externas de ambos os países; e, por fim, examinar-se-á os caminhos correntes dessas relações, de modo a indicar desafios e apresentar tendências para o futuro.

A discussão teórica quanto ao significado atribuído a ideia de parceria estratégica é fundamental e basilar para o bom prosseguimento do presente trabalho. Na tradição cultural chinesa, a ideia de parceria remete às relações que eram mantidas entre soldados no antigo sistema militar do país. Parceiros eram aqueles que compartilhavam o mesmo forno tanto para se aquecerem quanto para se alimentarem. Denominavam-se, assim, “parceiros do fogo”, denominação que posteriormente se estenderia a todos os soldados membros da mesma companhia. Pareceria, portanto, significaria a disposição a correr riscos conjuntamente e a compartilhar ganhos. Pensando em relações internacionais, uma parceria poderia ser uma relação entre Estados que, identificando objetivos em comum, comprometem-se em cooperar, coordenando suas ações no palco global. Vale ressaltar, ainda, que uma pareceria deve seguir algumas normas básicas de conduta, como jamais tratar o parceiro com hostilidade, dividir as mesmas premissas e adotar medidas práticas que fortaleçam os laços estabelecidos (GONÇALVES; BRITO, 2010).

Apesar de primeiro, o Brasil não é o único parceiro estratégico da China. Desde os anos de 1990, o termo vem sendo empregado para designar a relação com uma quantidade expressiva de outras nações. Há, contudo, critérios para a utilização de tal nomenclatura.

[...] a política de estabelecimento de parcerias estratégicas com países-chave do mundo em desenvolvimento obedece a duas metas: a primeira seria a de evidenciar a importância relativa dessas relações bilaterais e multilaterais para os interesses globais da China e a segunda meta seria promover o novo conceito de segurança defendido pela China, em que o conceito de parceria estratégica seria uma alternativa ao conceito de alianças. (GONÇALVES; BRITO, 2010, p. 14).

Por fim, vale notar que a estrutura de parcerias estabelecida pela China se enquadra no conceito amplo de “Mundo Harmonioso”, uma ideia chinesa de defesa e estratégia que visa a construção de uma nova ordem internacional por meio de um esforço em três níveis, sendo eles: parcerias bilaterais; processos de integração; e, por fim, rede global de coordenação inter-regional (SU, 2009).

Já em se tratando do Brasil, a conceituação de parceria estratégica parece mais difusa. Para Antônio Carlos Lessa (1998), a conotação do termo varia ao longo do tempo, a depender do marco geral de política externa sob o qual é empregado. Durante a Guerra Fria, a instituição de parcerias estratégicas buscava, em linhas gerais, contrabalancear a magnitude

das relações brasileiras com os Estados Unidos da América. A partir dos anos de 1990, entretanto, é a necessidade de construir alianças operacionais em busca de cooperação tecnológica, concertação política em fóruns multilaterais e desenvolvimento nacional que passa a pautar o estabelecimento de parcerias desse tipo. É nesse último contexto que se inseriria, por sua vez, o surgimento da parceria estratégica sino-brasileira.

Para Danielly Becard (2008), por sua vez, se durante a Guerra Fria parcerias estratégicas tinham conteúdo político e militar de longo prazo bem delimitado, com o passar do tempo a utilização excessiva do termo acabou por esvaziá-lo de seu significado. Em trabalhos acadêmicos da área e mesmo em comunicados oficiais brasileiros, o caráter “estratégico” é concedido a toda relação que se queira fortalecer. Desse modo, para que uma parceria seja estratégica, basta que pareça promissora, sem que uma devida análise mais profunda sobre convergências em política externa seja conduzida.

Assim, o uso indiscriminado de tal termo parece, em última análise, tê-lo esvaziado de significado permanente. Cabe a cada país, dado o momento histórico e seus devidos interesses, interpretá-lo, dando a ele conteúdo. Ademais, é importante ressaltar que uma parceria estratégica não representa a ausência absoluta de divergências entre dois países. Mesmo sob relação de tal tipo, cada Estado segue comportando-se de acordo com seus próprios interesses nacionais. O que parece importar é que seja mantido, para além desses interesses, a disposição de coordenação e resolução amistosa de contenciosos entre eles (GONÇALVES; BRITO, 2010). Desse modo, a parceria estratégica sino-brasileira não representaria a convergência completa da agenda internacional dos dois países, mas sim a disposição para alcançar acordos sempre que possível em nome de um comprometimento de cooperação de longo prazo.

A relevância do estudo, por sua vez, revela-se nos mais diversos âmbitos. A China estabeleceu-se, em 2009, como o maior parceiro comercial brasileiro em termos de fluxo de comércio. A cifra, que em 2001 era de cerca de US\$3 bilhões, saltaria para mais de US\$65 bilhões em 2015, denotando a importância do gigante asiático para a economia brasileira. Ademais, Pequim é, ainda, uma das principais fontes de investimento estrangeiro direto no Brasil, com destaque para os setores de energia, mineração e agronegócio. A ascendente frequência de visitas oficiais entre ambas as nações é, dentre vários outros, mais um indicativo da importância dada à relação por elas estabelecidas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

A opção por estudar o trajeto que, iniciado em 1993 com o estabelecimento da parceria estratégica entre os dois países, levaria a esse panorama é justificada ainda pelo fato

de que as relações sino-brasileiras, a despeito de sua magnitude, tem sido pesquisadas nos últimos anos por um número notavelmente reduzido de acadêmicos se comparado ao montante de pensadores debruçados sobre outros tópicos de relações internacionais que concirnam a Brasil e China. Trabalhos que comparem as políticas externas brasileira e chinesa ao longo do tempo e apontem os impactos de suas variações sobre os projetos nacionais de cada país são igualmente escassos (BECARD, 2008).

Finalmente, as movimentações recentes de países emergentes, através de organizações como o G20, o IBAS e o Fórum dos BRICS, reascendeu no campo das relações internacionais o debate sobre a cooperação Sul-Sul (OLIVEIRA, 2012). Nesse cenário, Brasil e China são atores fundamentais, dada sua expressiva relevância dentro o grupo de nações em desenvolvimento que estabelecem laços de interdependência entre si e ascendem conjuntamente a novos postos de poder na comunidade global. Observá-los e examiná-los, portanto, é um esforço elementar para o avanço dos estudos de política internacional.

A estrutura do trabalho, por fim, se dará da seguinte forma: primeiramente, um capítulo será dedicado ao nascimento da parceria estratégica sino-brasileira, com vistas a examinar suas bases, encontradas no rearranjo do ordenamento mundial pós-Guerra Fria, e seus obstáculos iniciais, dada a resistência enfrentada em se tratando da aproximação de duas nações política, econômica e ideologicamente tão distintas. O segundo, por sua vez, debruçar-se-á sobre a ampliação e o fortalecimento de tal relação, abarcando, primeiramente, os acontecimentos que a acometeram no decorrer do restante da década de 1990, particularmente em decorrência do neoliberalismo político e econômico então adotado pelo Brasil, e, em segundo lugar, as modificações trazidas pelo advento do novo milênio, período que trouxe consigo uma nova percepção sobre o processo de globalização por parte do Brasil e a retomada de uma política externa de perfil desenvolvimentista no país, assim como a solidificação da posição de proeminência da China na comunidade internacional. A grande crise de 2008 lançaria dúvidas sobre a continuidade de tal período de relativa prosperidade para as relações sino-brasileiras. As respostas para as perguntas surgidas em um tempo de latente instabilidade, por sua vez, abrirão espaço para o terceiro e último capítulo da presente pesquisa. Este analisará os avanços e modificações que marcaram a parceria estratégica sino-brasileira a partir de 2009, as reformulações de seu conteúdo e, ainda, as tendências apontadas por indicadores políticos, econômicos e comerciais para seu futuro. Uma conclusão, finalmente, arrematará a pesquisa, confirmando ou não a hipótese adotada e reunindo, ainda, as ideias levantadas durante o estudo e as organizando de modo a formalizar respostas às perguntas inicialmente propostas.

2 ANTECEDENTES E EDIFICAÇÃO

2.1 Origem e Nascimento das Relações Sino-Brasileiras

Os primeiros contatos entre Brasil e China remontam a 1879 quando, em busca de mão-de-obra, o governo imperial brasileiro deslocou uma missão ao gigante asiático. Em decorrência dos problemas enfrentados pelas primeiras correntes migratórias chinesas para o continente americano, entretanto, a emigração ao Brasil acabou por ser formalmente proibida pela China. Ainda assim, os dois países estabeleceram, em 1881, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação e, já em 1883, era inaugurado o primeiro consulado brasileiro em Xangai. Dali em diante, porém, os contatos entre os dois países foram escassos devido, em grande parcela, à instabilidade doméstica que permeou a China durante o fim do século XIX e a primeira metade do XX. Após a vitória de Mao Zedong na Revolução Chinesa de 1949, as relações entre as nações foram rompidas e consulado brasileiro removido para Taipei (OLIVEIRA, 2004).

A partir daí, e com a fundação da República Popular da China, abre-se um novo capítulo, ainda embrionário, das relações sino-brasileiras, que não se oficializariam até o restabelecimento diplomático em 1974.

Logo após sua fundação em 1949 e ao longo da década de 1950, o interesse da República Popular da China (RPC) pela América Latina, em geral, e pelo Brasil, em particular, estava diretamente ligado à vontade de reconstruir o país e aumentar sua segurança. Diante das dificuldades enfrentadas no relacionamento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a partir do final dos anos 1950, a China decidiu contra-atacar sistematicamente a política soviética no seio do movimento comunista internacional, com vistas a aumentar seu poder político e fazer-se aceitar mundialmente. (BECARD, 2011, p. 31).

A Conferência de Bandung, em 1955, provocou uma intensa movimentação nos fóruns políticos internacionais. No caso da Organização das Nações Unidas, ver-se-ia a fundação do Diálogo Norte-Sul e da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento. Em Belgrado, no ano de 1961, constituir-se-ia o Movimento dos Não-Alinhados, solidificando a ideia de que era necessário aos países periféricos agir conjuntamente de modo a reformar os marcos de um sistema internacional por eles julgado injusto. Naquele momento, firmava-se a ideia de que o problema do desenvolvimento era, ao contrário do que se pensava, internacional, derivando justamente do padrão de relações entre os países do Norte rico com aqueles do Sul pobre. Emergiam, ali, concepções que, futuramente, seriam essenciais na reaproximação sino-brasileira (OLIVEIRA, 2012).

Vale mencionar, indubitavelmente, a visita de João Goulart, então vice-presidente do Brasil, à China em 1961. Entretanto, os impedimentos para a consolidação de laços sólidos entre os dois países eram, então, ainda muitos. Os recursos financeiros chineses eram escassos, a diplomacia do país ainda era marcadamente isolacionista e, ademais, a presença preponderante dos Estados Unidos na América Latina constrangia Pequim, limitando suas capacidades na região. Como se pode imaginar, os resultados obtidos pela China nesse período foram inexpressivos, e até mesmo entre os latinos identificados enquanto pertencentes ao campo ideológico da esquerda pareciam preferir seguir sob a influência da União Soviética (BECARD, 2011).

Mesmo em meio a adversidades, o governo brasileiro passou a se utilizar de política externa para ativamente perseguir seus objetivos de desenvolvimento econômico. Os meios adotados para tanto eram, essencialmente, a diversificação de parcerias com países do Sul aliada a militância pela instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Nascia, então, a Política Externa Independente, que, novamente, acenaria para a possibilidade de uma nova fase para as relações do país com a China.

Destarte, a gestação da Política Externa Independente (PEI) [...] foi fortemente influenciada por fatores conjunturais do sistema internacional, em especial, a movimentação dos países em desenvolvimento buscando uma ação política conjunta; a reconstrução europeia e japonesa propiciando a possibilidade de parcerias alternativas aos Estados Unidos e a disseminação dos princípios de 'coexistência pacífica'. Nessa perspectiva de mudança do eixo primordial do sistema internacional, a PEI baseou-se em uma forte crítica à bipolaridade enquanto constrangedora das possibilidades de desenvolvimento [...] Nesse sentido, a atuação do país deveria estar calcada na negação de fronteiras ideológicas e na multiplicação de parcerias. (OLIVEIRA, 2012, p. 78).

O Golpe Militar de 1964 no Brasil, contudo, ao estabelecer a regressão a uma política externa de alta carga ideológica, tornou novamente a aproximação com a China difícil. Somente após anos da deposição do Governo Jango e do início da ditadura civil-militar é que a política externa brasileira voltaria a dar sinais de uma inflexão a um molde universalista. O governo inevitavelmente cedia a extensas mudanças no sistema internacional, como a crise econômica da década de 1970, e, igualmente, a pressões internas, como os clamores pelo início de um processo "lento, gradual e seguro" de redemocratização. A nova estratégia política internacional adotada pretendia ampliar a autonomia e promover o desenvolvimento econômico brasileiro através da construção de um sistema internacional multipolar caracterizado por relações de interdependência horizontal entre as nações (ESPÓSIO NETO,

2014). Sob um esforço de flexibilização da estruturas do regime autoritário, nasceria, então, o *Pragmatismo Ecumênico e Responsável* (SPEKTOR, 2004).

Simultaneamente, mudanças na agenda política chinesa davam início a um processo que possibilitaria a aproximação de países como o Brasil. O gigante asiático anunciava o fim do Campo Socialista e ingressava no Terceiro Mundo. Diminuía, ainda, seu apoio a movimentos revolucionários latino-americanos e desenvolvia uma diplomacia de governo a governo que prezava pelo princípio de não interferência nos assuntos domésticos de outras nações (SPEKTOR, 2004).

Para Oliveira (2012), ao identificar-se com o Terceiro Mundo e abrir-se ao comércio mundial, a China se reposicionava no sistema internacional, dando ênfase a sua dimensão econômica como meio de solidificar suas relações exteriores. Ciente de uma ordem internacional que considerava injusta, Pequim via na solidariedade entre os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento o meio mais efetivo para elevar sua posição na comunidade global. A estratégia adotada, então, pelo gigante asiático dali em diante seria a da cooperação, pois apostava-se que esse seria o método mais efetivo no esforço de angariar parceiros na busca por igualdade e soberania nacional. A China renunciava, assim, de exigências ideológicas nos processos de estabelecimento de relações com outras nações, aderindo ao Terceiro Mundo sem intenções declaradas, contudo - e é importante lembrar-, de liderá-lo. É nesse contexto que a Ásia, e em particular a China, ganha peso frente aos formuladores da política externa nacional brasileira.

Para completar a ocupação do espaço planetário, o Brasil deveria ainda levar aos demais povos da Ásia suas propostas de intercâmbio e cooperação. Os objetivos básicos, desse lado, situavam-se no comércio, pela exportação de produtos primários e manufaturados. Até 1973, o Brasil apoiava a permanência das duas Chinas e das duas Coreias na ONU, mas o pragmatismo acabou impondo, também nessa região, um ajuste à política externa brasileira: o estabelecimento de relações diplomáticas com a China continental (15 de agosto de 1974), tendo em vista o comércio, as relações econômicas e o diálogo político. (CERVO; BUENO, 2010, p. 425).

A China por sua vez, também parecia se interessar pelo Brasil.

A China apresentava interesse em conhecer melhor a experiência brasileira de desenvolvimento, conjugando autonomia (em especial em seu posicionamento de distanciamento em relação ao líder do mundo ocidental) e universalização (em decorrência da prática de isenção ideológica). (OLIVEIRA, 2012, p. 85).

Ao discursar sobre o estabelecimento de relações oficiais com os chineses, o então ministro brasileiro das Relações Exteriores declarou que os governos de ambos os países

tinham concepções distintas sobre os destinos de suas nações e que essa diferenciação nada era além de um direito inalienável de povos que, livres, podem escolher seus próprios destinos. Era justamente esse o ponto de convergência entre Brasil e China, que fundariam sua relação, a partir de então, com base no respeito à soberania e à não-intervenção em assuntos domésticos. A esses comentários, o vice-ministro do Comércio Exterior da República popular da China respondeu que:

A China e o Brasil, como países em vias de desenvolvimento, defrontam-se com a mesma tarefa de salvaguardar a independência e a soberania nacionais, desenvolver a economia nacional e lutar contra o “hegemonismo” e a política de força das superpotências. Nós, os países em desenvolvimento, temos mil e uma razões para nos unirmos ainda mais estreitamente e nenhuma razão para nos afastarmos uns dos outros. (CABRAL, 2003, p.272).

Desde o seu princípio em 1974, a relação sino-brasileira demonstrava a disposição de uma atuação conjunta em assuntos que interessavam a ambos os países. Dentre as principais interseções entre a política externa do Brasil e da China, era notável a prioridade dada a assegurar soberania nacional, autonomia internacional e segurança territorial. Quaisquer interferências, assim, em assuntos internos a Estados por outros Estados eram veementemente condenadas. Ademais, tanto Pequim quanto Brasília se opunham à diplomacia dos direitos humanos de Washington, e, ainda, se uniam na defesa da relevância da cooperação multilateral Sul-Sul, com ênfase nas críticas às políticas comerciais protecionistas dos países desenvolvidos (OLIVEIRA, 2012).

Os avanços - especialmente comerciais - durante os anos iniciais da primeira fase das relações sino-brasileiras, entretanto, foram tímidos graças a uma variedade de condicionantes, como mudanças políticas internas na China, falta de recursos para impulsionar as relações Sul-Sul e pouco conhecimento sobre a realidade de ambos os países. A assinatura do primeiro Acordo Comercial entre Brasil e China ao fim dos anos de 1970 foi o primeiro movimento de um período de mudanças nesse cenário. A partir daí, a corrente de comércio entre os países passou a evoluir de forma gradual e contínua (BECARD, 2011).

Entretanto, vale lembrar que o interesse essencial do Brasil quando esse (re)estabeleceu relações diplomáticas com países subdesenvolvidos e em desenvolvimento durante esse período não eram meramente mercantilistas mas também, em grande medida, políticos. A nova política externa brasileira era, desse modo, concomitantemente econômica e diplomática, servindo ao projeto de desenvolvimento nacional assim como às estratégias de segurança e projeção mundial brasileiras (OLIVEIRA, 2012).

Já nos anos de 1980, os insatisfatórios resultados obtidos pela Brasil através de suas relações com as tradicionais nações desenvolvidas do hemisfério Norte fizeram com que o país passasse a investir em seu entorno regional, além de buscar aprofundar seus laços com outros Estados do sistema internacional em semelhante nível de desenvolvimento. Intensificar as relações com a China era parte desse novo esforço. Já em se tratando da política externa chinesa, a chegada da nova década trazia mudanças políticas que acarretavam em novos direcionamentos no posicionamento internacional do país. Pequim lançava uma nova estratégia de desenvolvimento nacional que se debruçava, em parte, sobre a ampliação de suas relações internacionais. As metas eram dominar tecnologias avançadas, conservar a independência da nação e, ademais, lançar a China ao *status* de grande potência. As bases haviam sido lançadas em 1978, com o início do governo de Deng Xiaoping, quando o gigante asiático se comprometeu definitivamente com um processo de modernização que daria mais peso às ideias de desenvolvimento e segurança em política externa, em detrimento de convicções ideológicas (BECARD, 2011).

Aos poucos, formava-se uma identidade comum entre os países em desenvolvimento que, dando a eles expressiva força, permitia a exploração das falhas do discurso neoliberal dos países do Norte. Entretanto,

[...] na década de 1980, com a maior unidade do Norte em torno da implementação do liberalismo e com a emergência da crise da dívida, a situação se inverteu e se encaminhou para uma deterioração destas possibilidades em função da adoção de posições mais rígidas, por parte dos Estados desenvolvidos no processo negociador das questões econômicas entre o Norte e o Sul. (OLIVEIRA, 2012).

Ainda assim, o decorrer da década de mostrou frutífero para as relações sino-brasileiras. A China havia deixado para trás as pretensões de rivalizar com as grandes potências, dando ênfase à cooperação Sul-Sul e ao desenvolvimento aliado aos demais países do Terceiro Mundo, enquanto o Brasil, estimulado pelas possibilidades de ganhos econômicos, científicos e tecnológicos, assinou mais de vinte atos bilaterais com Pequim. Os laços entre os dois países, assim, institucionalizavam-se, abrindo caminho para ações futuras (BECARD, 2011).

É importante destacar, entretanto, que os anos de 1980 foram, em grande medida, o período em que o Terceiro Mundo, em muitos aspectos, se desestruturou enquanto grupo organizado e coeso capaz de influenciar o processo de tomada de decisões e definição de parâmetros do sistema internacional. Para tanto, contribuíram as pressões do G-7, grupo dos países mais industrializados do mundo, e a lenta porém persistente adesão ao neoliberalismo

por parte dos países periféricos e semiperiféricos. As expectativas de cooperação Sul-Sul definitivamente já não aparentavam o mesmo fôlego da década que passara (OLIVEIRA, 2012).

Ao fim dos anos de 1980, as relações entre Brasil e China pareciam estar divididas entre tendências conflitantes. Se, por lado, o fluxo comercial encontrava-se em tendência ascendente e a cooperação tecnológica decolava com a proposta, em 1988, de construção conjunta de satélites de monitoramento de recursos terrestres através do programa *China-Brazil Earth Resource Satellite* (Cbers), por outro a crescente hegemonia ideológica, econômica e comercial do Norte instabilizava a ascensão do Sul e colocava em risco os horizontes da cooperação entre países em desenvolvimento. Os desafios para os avanços na aproximação entre os dois países, assim, persistiam.

O Brasil sofria com problemas de transporte, infraestrutura e competitividade industrial. Já para a China, os empecilhos eram, de forma geral, a reforma econômica doméstica e a concentração de recursos na melhora da estrutura portuária e ferroviária nacional. A distância cultural entre os países, ainda, e a persistência do desconhecimento das particularidades de cada nação, além da limitações ao financiamento de exportações e a superconcentração da pauta de produtos vendidos ao exterior (especialmente no caso brasileiro) demonstravam que as relações sino-brasileiras ainda se encontravam em um estágio intermediário de construção (BECARD, 2011, p. 34).

A proximidade do fim da Guerra Fria tornava evidente a inevitabilidade de uma série de mudanças que alterariam expressivamente características da ordem vigente no sistema internacional. A eleição de Fernando Collor e seu programa neoliberal no Brasil em 1989 e a crise que se abatera sobre a China durante o mesmo período, escalonada pelo incidente na Praça da Paz Celestial, em Pequim, colocavam em risco a viabilidade financeira e operacional das relações sino-brasileiras. Ambas as nações ingressavam em caminhos de intensas transmutações. No caso brasileiro, em específico,

A matriz desenvolvimentista, inaugurada em 1930, bem como a diplomacia autonomista que era necessária como apoio, foram postas de lado, sem que uma política realmente consistente fosse adotada em seu lugar. A noção de projeto, interesse ou soberania nacional foi secundarizada, em nome da abertura à nova ordem neoliberal e globalizante do pós-Guerra Fria. Grande parte do patrimônio econômico acumulado com o sacrifício do povo brasileiro, que se encontrava majoritariamente nas estatais, foi desmantelada ou alienada com privatizações desnacionalizantes. O culto ao americanismo primário renasceu tardiamente, diante de uma abertura considerada inevitável. (VIZENTINI, 2008, p.79).

Os primeiros anos da década de 1990 seriam, como se pode esperar, essenciais para a redefinição do conteúdo das relações entre Brasil e China. Sob um nova conjuntura internacional radicalmente diferente daquela que dominara os anos do conflito Leste-Oeste, os países redesenharam os traços do seu relacionamento, delimitando o caráter do que se seguiria dali em diante a partir da sombra de um curto porém notável histórico e, ademais, das novas posições relativas que ocupariam em um mundo que renascia.

2.2 Ordenamento Mundial Pós-Guerra Fria e Parceria Estratégica

O fim dos anos de 1980 e o princípio dos anos de 1990 foram profundamente marcados por eventos como o fim dos regimes comunistas no leste europeu, a reunificação da Alemanha, dividida desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e, ainda, a ruína da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Cessava, então, não somente o antagonismo ideológico, econômico, político e militar da Guerra Fria, mas também, nos termos de Hobsbawm, o próprio “breve século XX”¹. Inaugurava-se, a partir de 1991, uma nova era, caracterizada pela retomada da expansão global do capitalismo liberal e, mais importante, pelo ascensão dos Estados Unidos da América a um triunfante posto de hegemonia mundial (BECARD, 2008).

A poucos anos de um novo milênio, a humanidade deparava-se com grandes incertezas. A consciência do fim de um importante período histórico, contudo, era lugar comum. Pela primeira vez em um século o mundo não apresentava qualquer tipo de estrutura formal internacional. Atônito, o planeta assistia ao surgimento de uma miríade de novos Estados sem qualquer mecanismo de independência ou oficialização de seus territórios. Não havia, como ao fim da Primeira Guerra Mundial, um grupo de superpotências supervisionando a redefinição das fronteiras do mapa mundial. Em um cenário em que países como França, Reino Unido, Alemanha e Japão viam-se reduzidos a meras potências regionais sem expressivas capacidades militares, o único Estado que ainda poderia ser reconhecido como uma grande potência eram os Estados Unidos da América. O que essa constatação significaria, porém, não era, destarte, claro (HOBSBAWM, 1996).

Conseqüentemente, transformações expressivas se estabeleciam tanto no Brasil quanto na China. Reformas domésticas e adaptações ao novo contexto internacional levariam as relações sino-brasileiras a sérios desgastes. Os aspectos mais significativos de intercâmbio bilateral entre as duas nações retrocediam em despeito do bom diálogo e dos resultados positivos construídos na mais de uma década desde o estabelecimento de relações

¹ Para mais, ler *A Era dos Extremos: o Breve Século XX*, de Eric Hobsbawm.

diplomáticas em 1974. Setores que dependiam do fortalecimento da cooperação entre Pequim e Brasília, por conseguinte, viam-se em um período de sérias dificuldades (BECARD, 2008).

Havia uma disseminada percepção de que, após o fim da Guerra Fria, o mundo ingressara em um intenso processo de reformulação e reorganização das instituições que coordenavam o sistema internacional. O planeta que antes se dividia pela submissão à influência dos blocos soviético e americano deixava de existir, dando lugar a um cenário de emergência de novos atores que se fortaleciam e se debruçavam sobre o processo de redefinição das regras da comunidade mundial. O Brasil, de imediato, tomou consciência do isolamento internacional que o assolava, fruto, em grande medida, da grave crise financeira dos anos de 1980 que deixara ao país marcas profundas de instabilidade econômica e política (OLIVEIRA, 2012).

Fernando Collor de Mello, o novo presidente brasileiro e primeiro eleito em eleições diretas desde a ditadura civil-militar de 1964, introduziu, assim, uma série de medidas com vistas a inserir o Brasil na nova estrutura da economia internacional. As reformas, de perfil neoliberal, seguiam as orientações das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, e do Consenso de Washington, de 1989. Dentre seus principais aspectos, estava a retenção das aplicações financeiras nacionais, a redução das barreiras de entrada ao capital estrangeiro, a redução de tarifas para produtos importados e a atenuação do controle sobre remessas de lucro ao exterior. A desregulamentação instaurada facilitou enormemente, como previsto, o fluxo financeiro no Brasil nos primeiros anos da década de 1990. Sob a promessa de uma economia em processo de estabilização, o investimento internacional parecia retornar ao país (BECARD, 2008).

O plano, entretanto, se mostrou, em pouco tempo, um fracasso. Instabilidades na liquidez nacional, que ora retraía, ora se expandia, traziam insegurança ao cenário econômico nacional. O severo ajuste fiscal proposto, ademais, se revelou mais difícil do que o imaginado, especialmente pela dificuldades enfrentada por um programa de privatizações demasiadamente otimista. O controle da inflação também não operou do modo previsto e a cifra logo voltou a uma taxa de dois dígitos mensais. Apesar dos esforços do governo, que chegou a reforçar o perfil ortodoxo do plano na esperança de seu reavivamento, a economia voltava à plena crise. Em um cenário de recessão, o Produto Interno Bruto decaía expressivamente (ABREU; WERNECK, 2014).

O Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por sua vez, apresentava dificuldades em se adaptar à nova era mundial. Nos primeiros cinco anos da década de 1990, cinco ministros ocuparam a chefia da pasta. Dois deles, vale notar, não eram diplomatas de

carreira, ao contrário da tradição observada no país. Era clara a instabilidade tanto ideológica quanto operacional do órgão. Além disso, as atribuições do Itamaraty, assim como seu poder decisório, seriam reduzidos drasticamente. Isso se dava, em parte, pela existência, dentro do ministério, de um grupo de resistência aos planos do governo federal e, sobretudo, pela sobreposição dos órgãos econômicos sobre os demais setores da administração pública, dada a urgência em estabilizar a economia (BECARD, 2008). Cabia a pastas como o Ministério da Fazenda, por exemplo, o estabelecimento das diretrizes que organizariam a nação até mesmo no plano externo, e não mais ao Itamaraty.

Sob a visão de Collor, a política externa brasileira mudava de rumos, abandonando preceitos que já duravam décadas. Em favor da melhora das relações com países desenvolvidos, a cooperação Sul-Sul perdia força e os laços com a China se afrouxavam.

A diplomacia autonomista, considerada fundamental à matriz desenvolvimentista criada em 1930, foi abandonada perante a aceitação do discurso globalizante do pós-Guerra Fria e a opção pela abertura à nova ordem neoliberal, a qual se acreditava ser inevitável e fundamental para alavancar a modernização do país. Em detrimento das relações com os países em desenvolvimento, como a China, foram privilegiadas as relações com os países desenvolvidos, aos quais se concedeu mais do que se recebeu[...] [A nova política externa] foi justificada diante da necessidade de recuperação do terreno e de credibilidade, perdida ao longo da década de 1980 devido à crise do endividamento, da instabilidade e da estagnação econômica. (BECARD, 2008, p. 152-153).

Concomitantemente, a situação da China era delicada. Pressionada a aderir às regras e às responsabilidades de um jogo internacional que não ajudara a formular, a nação se sentia visceralmente injustiçada. O movimento prudente era, sem dúvidas, ceder. Entretanto, mais cedo ou mais tarde é de se esperar que os chineses ajam de acordo com sua crença que a ordem internacional seja organizada de modo a devolver à China um papel central na formulação de suas regras (KISSINGER, 2015). Para acomodar as concepções do gigante asiático, assim, diversas mudanças se fariam necessárias na comunidade global.

Objetivamente, a nação atravessou, no início da década de 1990, uma série de eventos que afetariam diretamente suas políticas tanto domésticas quanto internacionais. A realização do XIV Congresso do Partido Comunista Chinês em 1992, por exemplo, resultou no estabelecimento de um programa de aceleração do processo de reforma e abertura chinesa ao mundo. Houve, ainda, o anúncio da criação da criação da “economia socialista de mercado com características chinesas” e a ruptura com o modelo de isolamento que se estabelecera no país no fim dos anos de 1980. Tal isolamento, é importante destacar, derivava de três grandes eventos. O primeiro deles foi a crise interna de legitimidade desencadeada pelos incidentes da

Praça da Paz Celestial, em 1989. O segundo, por sua vez, foi o processo de desmoronamento do campo comunista europeu, iniciado pela queda do Muro de Berlim em 1989 e o consequente desaparecimento de diversos partidos comunistas ao redor do globo. Por fim, a postura internacional agressiva de Taiwan era outro entrave à diplomacia chinesa (BECARD, 2008, p. 153-154).

Nenhum evento, porém, marcou a China, nesse período, com tamanha intensidade quanto o fim da União Soviética em 1991 e, junto a ele, o desfecho da própria Guerra Fria.

Quando visitei a China outra vez em 1992, Qian Qichen descreveu o colapso da União Soviética como o “período após uma explosão - ondas de choque em todas as direções”. O colapso da União Soviética de fato criara um novo contexto geopolítico. [...] Em Pequim, o fim da Guerra Fria produziu uma mistura de alívio e temor. Em um nível, os líderes chineses receberam de braços abertos a desintegração do adversário soviético. [...] Ao mesmo tempo, os líderes chineses não podiam evitar comparações entre o esfacelamento da União Soviética e seu próprio desafio doméstico. (KISSINGER, 2011, p.441).

Em pouco tempo, as mudanças trazidas pelo fim do conflito Leste-Oeste tornar-se-iam claras para a diplomacia em expansão do gigante asiático. Se o fim da Guerra Fria, liderado pela União Soviética, de um lado, e pelos Estados Unidos da América, de outro, significava para Pequim o fim da possibilidade de exercer sua influência no equilíbrio estabelecido entre as duas potências, o processo de libertação da porção oriental da Ásia do conflito que dominara o mundo nas décadas que se passaram também concedia à China uma maior margem de atuação em seus entornos. O comprometimento dos demais atores da região, como o Japão, com o seu desenvolvimento conjunto dava impulso a uma nova fase da política externa chinesa. Ademais, o novo contexto global fez a China perceber, rapidamente, o grande abismo que a separava, em termos econômicos e militares, de seus principais parceiros tanto do Ocidente quanto do Oriente (BECARD, 2008).

A evolução de um novo conceito na comunidade internacional, contudo, era especialmente incômoda aos chineses. A queda da União Soviética e do socialismo internacional era vista pelos Estados Unidos como o triunfo da democracia liberal no planeta. Na nova ordem mundial sob o jugo estadunidense, agora já sem adversários, o Estado-nação perdia uma parcela de sua importância em detrimento de um sistema internacional calcado em princípios transnacionais. Presumia-se um caráter pacífico às democracias, em contraposição a um conflituoso das autocracias, concepção que legitimava intervenções externas em nome da “paz” internacional. Pequim, por sua vez, rejeitava a interpretação americana, vendo nela

uma ameaça à ascensão internacional do país em moldes propriamente chineses (KISSINGER, 2011).

É evidente que Brasil e China reagiram de formas absolutamente distintas às alterações que se sucederam à Guerra Fria no sistema internacional. No Brasil, observou-se a transição entre uma postura de autonomia a uma de subserviência, processo guiado por um Estado que ganhava contornos destrutivos e regressivos, interrompendo uma duradoura estratégia de promoção do desenvolvimento através de uma política assertiva entre nações. Já na China, por outro lado, a opção adotada foi a inversa - o caminho do desenvolvimentismo se sobrepuja ao do neoliberalismo. Mesmo um breve período de isolamento não foi capaz de deter o avanço econômico, político e social chinês, impulsionado pelo aproveitamento das vantagens comparativas internacionais do país (BECARD, 2008).

A ascensão de Itamar Franco à presidência após a deposição de Fernando Collor em um extenuante processo de impedimento, aliada a persistência chinesa de intensificação de relações com os países latino-americanos, sobretudo o Brasil, contudo, mudaria mais uma vez os rumos da política externa brasileira - dessa vez em uma direção favorável às relações com a China. No princípio do ano de 1993, em visita ao Brasil, o chanceler chinês Qian Qichen revelou a expectativa de que os laços oficiais sino-brasileiros, estabelecidos em 1974, fossem elevados a um novo patamar. Meses mais tarde, Zhu Rongji, Vice-Primeiro Ministro da China, esboçou pela primeira vez, também em visita ao aliado sul-americano, o conceito de uma *parceria estratégica* entre os dois países. O termo seria oficializado, ainda no mesmo ano, pelo próprio presidente da China e Secretário Geral do Partido Comunista Chinês, Jiang Zemin, e passaria, então, a ser utilizado para qualificar as relações entre Brasil e China (OLIVEIRA, 2012).

Dali em diante,

As relações entre Brasil e China tiveram um expressivo incremento com vistas à formação do que se denominou “parceria estratégica” em setores de infraestrutura, energia e matérias-primas, indústria pesada e serviços de consultoria e engenharia. No quadro dessa formação, foi assinado, em novembro de 1993, um protocolo de intenção sobre o incremento do comércio bilateral de minério de ferro e sua exploração conjunta. Também foi formalizado um protocolo de cooperação para pesquisa espacial, no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1982), no qual se destaca o projeto sino-brasileiro de construção de satélites de sensoriamento remoto. (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 18).

Para o Brasil, a elevação das relações com a China a um novo patamar era interessante pelas possibilidades de atuação conjunta em fóruns internacionais que trazia. Ao lado de Pequim, a busca por um ordenamento internacional mais apropriado aos interesses brasileiros

era sensivelmente facilitada. Essa característica não era novidade nas relações sino-brasileiras. Desde seu princípio, na década de 1970, o Brasil via na China a oportunidade de uma parceria que fortalecesse o plano de desenvolvimento e inserção internacional brasileira. Assim operaram os laços com o gigante asiático durante os rígidos anos da Guerra Fria e assim, esperava-se, voltariam a operar numa época em que ambas as nações buscavam recuperar, de uma forma ou de outra, credibilidade, além de ascender a melhores postos no sistema internacional (OLIVEIRA, 2012).

A China, por sua vez, interessava-se por universalizar sua política externa através do estabelecimento das mais diversas parcerias - de diferentes amplitudes e profundidades - com vários países de modo a impulsionar seu projeto de desenvolvimento econômico e social. Importava, ainda, fortalecer a segurança da integridade do país, contrabalanceando, por meio de uma vasta rede de conexões internacionais, o peso de países como a Índia e os Estados Unidos. No discurso diplomático chinês, ideias de multilateralismo e terceiro-mundismo eram exploradas de forma a contribuir com a abertura econômica da nação e sua inserção no mundo em termos mais igualitários (BECARD, 2011).

O estabelecimento de uma parceria estratégica com o Brasil era atraente pela tradição autonomista da nação sul-americana, por seu respeito ao princípio da não intervenção em assuntos domésticos de cada Estado, por sua relativa magnitude política, econômica e tecnológica e, ainda, pela consistência de seus posicionamentos nas grandes organizações internacionais. O aprofundamento das relações com Brasília, que jamais, vale notar, poderia ser confundida com o comprometimento a qualquer espécie de alinhamento automático ou apoio irrestrito, seduzia Pequim e apontava para um caminho de benefícios mútuos a ambos os países (OLIVEIRA, 2012).

Ao fim da primeira metade da década de 1990, a parceria estratégica sino-brasileira parecia se encontrar em meios de consolidação e expressivos avanços. Em 1994, Celso Amorim, embaixador brasileiro, em discurso na Embaixada da China em Brasília, declarava a maturidade que então atingiram as relações entre os dois países.

Em seu pronunciamento, o Chanceler brasileiro confirmou ter o relacionamento sino-brasileiro atingido uma fase de maturidade, lograda por meio da construção de uma relação política especial e moderna, em que se destacava o caráter estratégico da parceria. O Chanceler brasileiro destacou ainda a existência de sólido suporte jurídico à cooperação entre os dois países nos mais diversos setores, proporcionado pelo estabelecimento, desde 1974, de densa trama composta por mais de cinquenta atos bilaterais. Confirmou a retomada de altos índices na balança comercial e o aumento do interesse de empresas brasileiras em procurar associações de longo prazo com parceiros chineses, contribuindo para a sedimentação das relações. A condução de projetos de cooperação em áreas vitais para o desenvolvimento dos

dois países também mereceu atenção [...]. Lembrou, por fim, o Embaixador brasileiro, que ao longo dos últimos anos tinha sido estabelecido amplo programa de cooperação na área científico-tecnológica, fruto da prioridade atribuída pelos dois países ao setor e do paralelismo dos respectivos níveis de desenvolvimento. (BECARD, 2008, p. 170)

Os prospectos para as relações sino-brasileiras na segunda metade da década de 1990 eram, assim, positivos. Em meio a um cenário de reordenamento internacional, Brasil e China lograram levar seus laços um passo adiante, estabelecendo entre si um novo tipo de relacionamento que, em pouco tempo, já se mostrava promissor. Em meio a uma revigorante tendência inaugurada pelo estabelecimento da parceria estratégica sino-brasileira, os países enxergavam suas relações com relativo otimismo frente às mudanças na arena global e, ainda, à iminência da ascensão de um novo milênio.

O restante dos anos de 1990 e os anos 2000, contudo, indubitavelmente trariam consigo novos cenários, compostos de desafios de distintas ordens, que impactariam direta e indiretamente as relações sino-brasileiras. Abordar tática e eficientemente, assim, essa diversidade de fatores nos anos subsequentes seria decisivo para a manutenção da tendência favorável no desenvolver dos laços entre as nações e, mais importante, para a manutenção do seu conteúdo estratégico, peça fundamental de seu estabelecimento. A parceria estratégica entre chineses e brasileiros, afinal, estava apenas em seu advento, e todas as decisões tomadas por seus formuladores seriam de grande impacto em suas perspectivas de sobrevivência.

3 AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO

3.1 Neoliberalismo e Universalismo no Desfecho dos Anos de 1990

O Brasil adentrou a segunda metade da década de 1990 sob o comando de um novo governo. À sua frente estava Fernando Henrique Cardoso, eleito para a presidência da nação em 1994 inegavelmente no embalo de seu desempenho enquanto Ministro das Relações Exteriores e, principalmente, Ministro da Fazenda durante o governo de Itamar Franco. Ao Plano Real, grande fonte de seu capital político, era atribuída a estabilização da - por tantos anos desequilibrada - economia brasileira. A hiperinflação, outrora tormento da população do país, cessara, o câmbio se estabilizara e as perspectivas de desenvolvimento econômico e social, por conseguinte, eram finalmente positivas. Para o cidadão comum - e mesmo para a classe política e intelectual - renascia a esperança de um país dinâmico, moderno e próspero.

O clima generalizado de otimismo, entretanto, não atenuava os desafios objetivos que se opunham o novo governo brasileiro. Imediatamente, o Brasil via-se forçado a formular uma política externa apropriada a um sistema internacional em expressivas e constantes mudanças. O fim da Guerra Fria e as indefinições de poder - embora a evidente unipolaridade americana - somavam-se a emergência de blocos econômicos regionais e um acelerado processo de globalização. Concomitantemente, uma miríade de atores não-tradicionais - como organizações não-governamentais, movimentos sociais e empresas transnacionais - provavam em definitivo que a sociedade civil conquistara espaço na arena internacional e o usaria em busca da promoção de uma agenda própria que ia de temas como meio ambiente às consequências sociais da globalização. Ademais, o complexo ambiente interno, marcado pela consolidação da jovem democracia brasileira e pela imperativa manutenção da estabilidade econômica, tornava o processo governamental de tomada de decisões ainda mais complexo (SILVA, 2008).

O que se observou, à primeira vista, foi, em certa medida, um retorno a Collor através do aprofundamento de uma política externa de contornos neoliberais - em detrimento das reformas políticas relativamente nacionalistas e desenvolvimentistas de Itamar Franco - que se chocava com o caminho de mais de sessenta anos traçado por uma postura internacional obstinada a promover o desenvolvimento brasileiro ou, ao menos, a facilitar a sua promoção. A política externa propriamente desenvolvimentista, esgotada nos anos de 1980 porém ecoada nos de 1990, parecia mergulhar no ostracismo. Em seu lugar, a política externa nascida no princípio da nova década e delineada pelos concepções político-econômicas do Norte

desenvolvido, em especial os Estados Unidos da América, se consolidava. Havia, entretanto, no governo e na sociedade, quem duvidasse do rumo tomado pelo Brasil, criticando seu caráter ideológico e sua eficiência no que tocava aos objetivos nacionais. Os esforços de Fernando Henrique Cardoso junto a sua equipe e do próprio Itamaraty concentravam-se, então, em imprimir coerência à atuação internacional brasileira de modo a apaziguar ânimos e demonstrar a racionalidade das escolhas governamentais (CERVO; BUENO, 2002).

As decisões tomadas por Fernando Henrique Cardoso em direção ao restabelecimento de uma matriz liberal foram apresentadas ao país como reformas inevitáveis, imprescindíveis para a adequação brasileira à nova realidade internacional. Negava-se rótulos à política externa da nação, mas não escondia suas presunções universalistas. Defendia-se abertamente a redução do tamanho do Estado, a eliminação de políticas protecionistas e a atração de capital internacional. O Brasil deveria se adaptar a um novo mundo e, ao invés de defender a formulação de novas regras para o ordenamento da comunidade internacional, disputá-la através daquelas já estabelecidas. O conceito de Terceiro Mundo, tão caro às décadas de política externa desenvolvimentista no Brasil, era abandonado. Os conflitos Norte-Sul, por sua vez, substituídos pela ideia de conflito Norte-Quase Norte (SILVA, 2009).

Para Cervo e Bueno, contudo, é importante destacar que o pensamento basilar da atuação internacional brasileira da época não foi homogêneo. Pelo contrário, a política exterior do país era, até mesmo e em diversos momentos, contraditória. Os autores identificam três linhas de força, definidas através do conceito de paradigma, que então coexistiam e sustentavam a política internacional do Brasil. A primeira delas, o Estado Desenvolvimentista, fortalecia os traços nacionais e autônomos da política externa brasileira. Nela, um Estado empresário carregava a nação rumo ao desenvolvimento por meio da superação de desafios econômicos, estruturais e de segurança. A segunda delas, o Estado Normal, revelou-se, por sua vez, pela experiência histórica dos países latino-americanos, subserviente, pois submetia-se ao centro hegemônico mundial do capitalismo; destrutivo, pois destruía o núcleo econômico nacional, transferindo-o para o exterior; e, por fim, regressivo, pois retornava a nação a um patamar social diminutivo. Finalmente, a terceira, o Estado Logístico, robustece a economia nacional em conjunto com a sociedade, transferindo a ela tarefas empreendedoras e auxiliando-a no exterior. Representa, assim, a busca de uma inserção internacional madura em tempos de globalização galopante. O que se observou na política externa brasileira do período foi, em síntese e nas clássicas palavras de Cervo e Bueno, *a agonia do Estado Desenvolvimentista, a emergência do Estado Normal e o Ensaio do Estado Logístico* (CERVO; BUENO, 2002, p.457).

Simultaneamente, a China dava continuidade a uma política externa pacífica que servia às pretensões de universalização e consolidação da credibilidade internacional do gigante asiático. Em sua doutrina de segurança nacional e internacional, enfatizava-se a importância do fortalecimento das capacidades de defesa do país, a oposição a agressões entre Estados e a preservação da unidade das nações e da integridade de seus territórios, de modo a garantir um ambiente propício à reforma nacional chinesa, além de sua abertura e desenvolvimento econômico. Reconhecia-se a evidente dependência entre poder militar, econômico e científico-tecnológico e, portanto, buscava-se estabelecer as condições básicas para o progresso chinês dentro desses parâmetros (CHACON, 1999).

Para Becard (2011), a política externa chinesa revelava o interesse de Pequim em constituir com o mais diverso grupo de nações relações de níveis e profundidades diferentes, com vistas não somente a impulsionar o desenvolvimento econômico e comercial chinês mas, ainda, a robustecer o aparato de defesa do país, contrabalanceando, assim, as ameaças japonesas, indianas e estadunidenses no leste asiático. Dessa maneira, acreditava-se tornar possível a abertura e inserção internacional chinesa de modo minimamente igualitário e justo, sem que o país se visse forçado a se submeter arbitrariamente ao jugo de potências estrangeiras ou às regras de uma ordem mundial que não ajudara a construir.

Ainda de acordo com a autora, em se tratando de América Latina:

A China estabeleceu como metas primordiais a obtenção de recursos energéticos, matérias-primas e mercados para seus exportadores, além da contenção da influência de Taiwan e de apoio político mútuo em fóruns internacionais. Como fruto de sua presença na região, registrou-se, na primeira metade dos anos 2000, crescimento do comércio entre China e países latino-americanos de aproximadamente 70%, com concentração nas trocas em poucos países (Brasil, com 30%, e México, Chile, Argentina, Peru e Venezuela, com 50% do total de intercâmbios) - e poucos produtos - minérios, alimentos, pesca e petróleo. Os múltiplos investimentos chineses na região ocorreram principalmente em áreas relacionadas à extração de matérias-primas e construção de infraestrutura. (BECARD, 2011, p.36).

Os chineses acompanhavam atenciosamente os esforços de Washington para integrar economicamente as Américas. Apesar de julgarem tal processo irreversível, não acreditavam que os estadunidenses eram capazes de homogeneizar ou controlar integralmente o vasto continente. Emergia, assim, a convicção de que a expansão e fortalecimento da China na América Latina era plenamente possível. O Brasil, em específico, era visto, dada sua grande extensão territorial e populacional, além de seus abundantes recursos e suas enormes possibilidades, como parceiro ideal na América do Sul. Conquistada com Brasília uma relação dinâmica e harmônica, o restante da região se tornaria uma expansão natural da influência

chinesa. A América Central e o Caribe, por sua vez, eram áreas de mais difícil acesso graças a proximidade e presença norte-americana (CHACON, 1999).

Para Li Mingde (2003), o estreitamento das relações com o Brasil sempre foi um dos componentes essenciais da política externa da República Popular da China. Para tanto, intercâmbios de alto nível foram estabelecidos com vistas a aprofundar os laços amigáveis entre as nações e a compreensão mútua entre elas. As duas viagens de Jiang Zemin, presidente da China, ao Brasil em 1993 e 2001, além da visita de premiês chineses durante o mesmo período, são demonstração do apreço de Pequim pela parceria estratégica estabelecida com Brasília. As viagens oficiais de três presidentes brasileiros - Figueiredo, Sarney e Cardoso - à China, para além das regulares visitas de ministros e parlamentares do Brasil, eram evidência, por sua vez, da reciprocidade do tratamento entre as nações. Tanto China quanto Brasil prezavam pelo papel substancial exercido pela cooperação bilateral na manutenção das relações entre os países. Vale notar que justamente através de tal postura é que se decidiu consensualmente pelo desenvolvimento de uma parceria de envergadura estratégica de longo prazo e mutuamente benéfica sino-brasileira.

Preocupado com a qualificação de suas relações com a China porém sob uma matriz de política externa que privilegiava em grande medida as tradicionais relações com as nações desenvolvidas, o Brasil buscava maneiras de conciliar aspectos intuitivamente contraditórios de seu comportamento internacional. Fernando Henrique Cardoso, durante seus mandatos à frente do país, apostava no gigante asiático. Para o presidente, as possibilidades de fluxos comerciais entre os países eram imensas. Os investimentos estrangeiros diretos e as oportunidades de cooperação empresarial edificavam no horizonte cenários de uma economia brasileira mais dinâmica e produtiva. O campo científico e tecnológico também poderia ser enormemente beneficiado pelo estreitamento das relações com Pequim (BECARD, 2011).

Em seu discurso de posse em 1995, o novo presidente brasileiro destacou a importância da Ásia - e em especial da China - para a sua política externa e, já em seu primeiro mandato, realizou visitas oficiais à região. Em seu segundo mandato, voltou ao leste asiático, reforçando a preocupação brasileira com o fortalecimento de seus laços com as nações asiáticas. A revitalização das relações brasileiras com a Ásia, em comparação ao que se observou em anos predecessores, era clara. Para além da China, importa destacar, as relações com a Coreia do Sul e com a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) também foram consideravelmente desenvolvidas. Ainda importante, nota-se aí a tendência de substituição do Japão pela China enquanto parceiro preferencial do Brasil na região - apesar da ainda pujante importância de Tóquio para Brasília (OLIVEIRA, 2004).

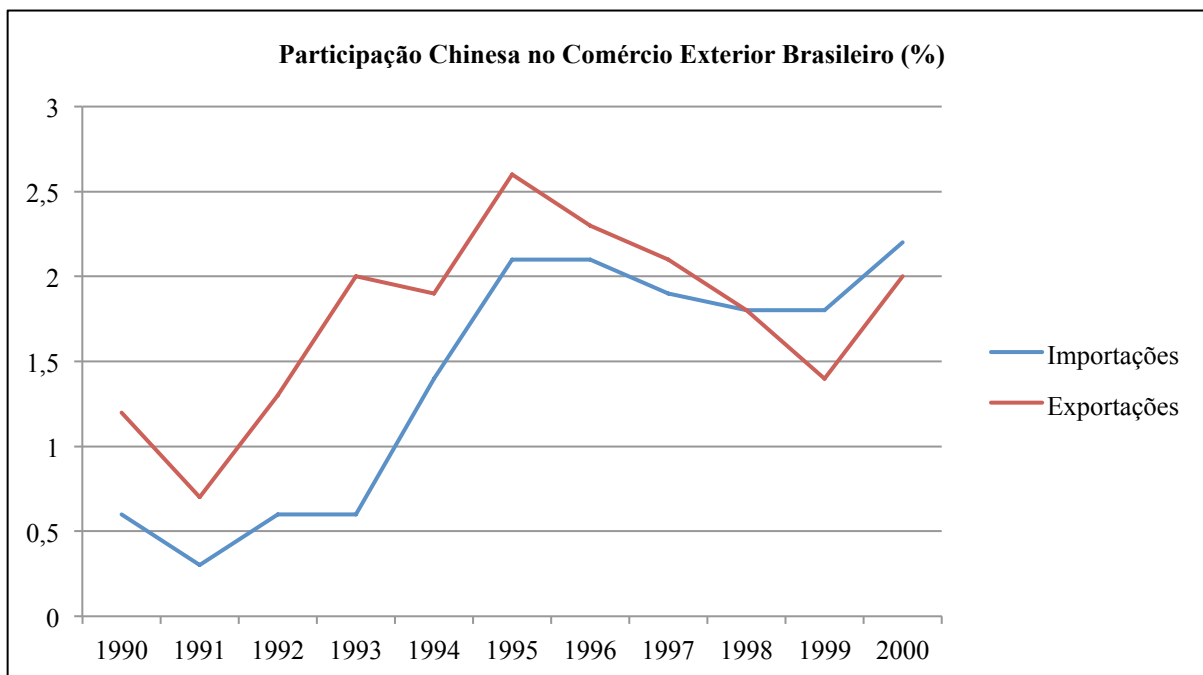
À diferença das relações mantidas pelo Brasil com outros pares continentais, como a Rússia, a parceria estratégica com a China lançava o país na era espacial. A cooperação tecnológica entre eles resultou, através do programa Cbers, iniciado em 1988 durante o governo Sarney, no lançamento de satélites de sensoriamento ambiental e, ainda, no domínio do processo de construção de veículos lançadores. As imensas possibilidades de cooperação entre os dois países também eram percebidas pelos dirigentes de outros setores, como o de energia, o de indústria pesada e o de engenharia, para além, é claro, do de política internacional (CERVO; BUENO, 2002).

Ainda sobre a cooperação científico-tecnológica, Mingde (2003) destaca que desde o início dos anos de 1990, aproximadamente 200 especialistas chineses fazem parte do Cbers, o grande projeto especial sino-brasileiro. Embora o intercâmbio nessa área tenha se iniciado tardiamente entre as duas nações, sua evolução deu-se de forma impressionantemente rápida. Entre as décadas de 1980 e de 1990, mais de 20 acordos e protocolos de cooperação bilateral tangentes à ciência e tecnologia foram assinadas em Brasil e China.

Em detalhes, o autor especifica que:

Graças aos dez anos de esforços conjuntos, o “Landsat I” foi lançado com êxito no Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan em 14 de outubro de 1999, transmitindo para o globo sinais de multi-espectro visível, ondas curtas, infravermelhos e imagens de sensoriamento remoto. O bem-sucedido lançamento do satélite é um bom exemplo da eficaz cooperação entre a China e o Brasil em área de alta tecnologia, tendo ainda desempenhado um papel muito positivo na promoção da “cooperação Sul-Sul” entre países em desenvolvimento. (MINGDE, 2003,p.77).

Os dados, de uma perspectiva brasileira, de comércio entre Brasil e China da década de 1990 são também indicativos do andamento das relações entre os dois países. Como pode-se observar no gráfico a seguir, a tendência de importações brasileiras vindas da China durante a década de 1990 foi expressivamente ascendente. Em 1990, não representava um por cento das importações do Brasil. Já na metade da década, com a instituição da parceria estratégica e o robustecimento das relações entre os dois países, o número se aproximava de dois por cento, com pequenas variações ao longo dos anos subsequentes. No final do século, a China, há poucas décadas uma nação ainda estranha aos brasileiros, já demonstrava seu potencial no horizonte das relações comerciais mantidas por Brasília. Apesar de uma participação à distância aparentemente pequena, a tendência era claramente positiva.

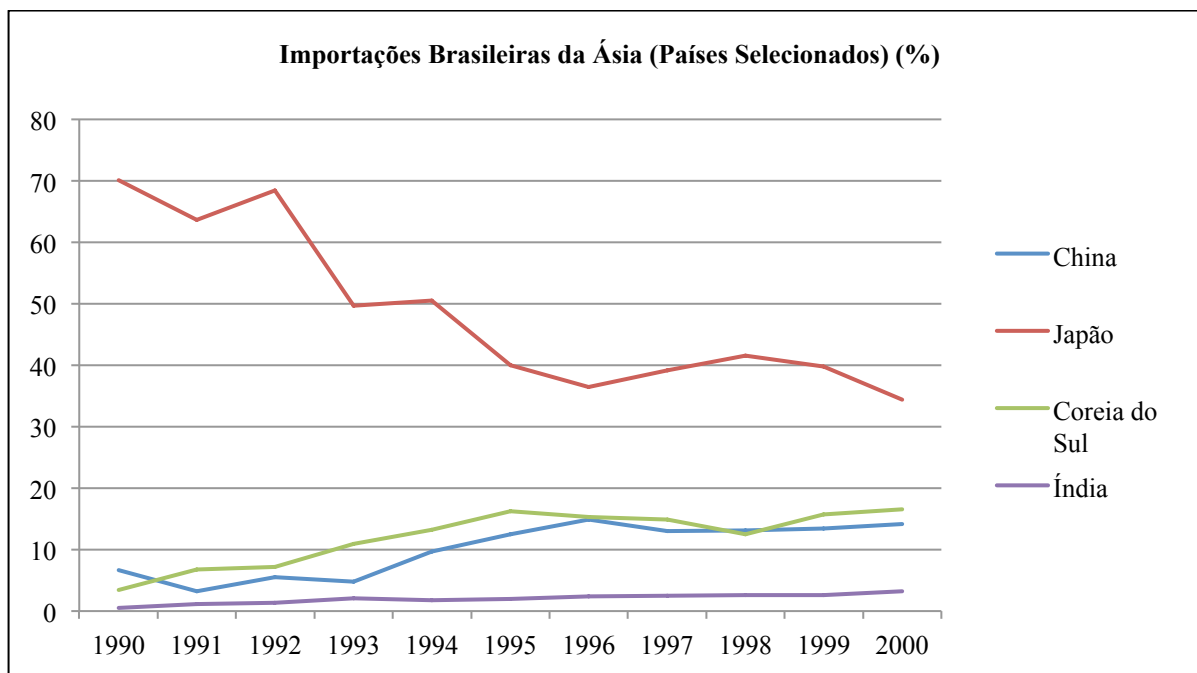


Fonte: Brasil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.

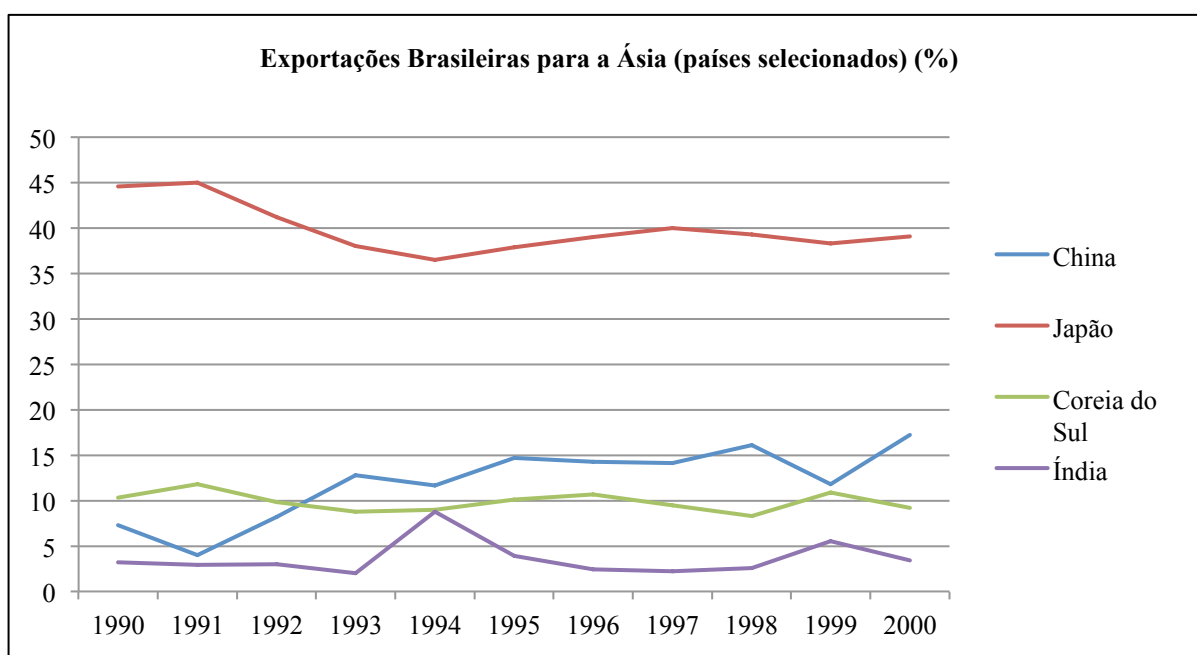
A constatação não surpreende. O aspecto econômico e comercial das relações sino-brasileiras era, afinal, tratado como prioridade pelos oficiais de ambos os países. Na década de 1990, o Brasil manteve firme sua posição entre os grandes parceiros econômicos do gigante asiático na América Latina. Em 1992, o volume total de comércio entre as duas nações foi de 584 milhões de dólares, ou 19,76% de todo o volume de comércio dos chineses com latino-americanos. Em 1996, o mesmo número saltara para 2,24 bilhões de dólares, ou 33,28% dos 6,73 bilhões de dólares do volume comercial com a América Latina (MINGDE, 2003).

Já em termos da participação chinesa nas exportações brasileiras, novamente observa-se, na década de 1990, uma trajetória ascendente. A taxa, em 1990, encontrava-se levemente superior à marca de um por cento. Ascendeu até o ano de 1995, quando ultrapassou a marca dos dois e meio por cento. Dali em diante, voltou a decair, atingindo sua pior marca em anos no ano de 1999, provavelmente devido à crise que se abateu sobre os países asiáticos naquele ano. Contudo, rapidamente voltou a um ritmo positivo, fechando o século na marca dos dois por cento. Vale retomar que, apesar de pequeno, o que importa aqui é a tendência verificada - e essa é evidentemente crescente.

Igualmente interessante é analisar as movimentações nos dados de comércio entre o Brasil e a Ásia, com vistas a perceber, a partir dos números obtidos, a tendência dos fluxos comerciais sino-brasileiros em comparação aos demais países asiáticos.



Fonte: Brasil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.



Fonte: Brasil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.

Como podemos observar em ambos os gráficos, o comércio internacional estabelecido pelo Brasil com a Ásia na década de 1990 ainda era amplamente dominado pelo Japão. Entretanto, a análise das movimentações ao curso dos anos da década de 1990 aponta para um declínio da relevância de Tóquio para o comércio exterior brasileiro. No ano de 1990, os japoneses respondiam por cerca de setenta por cento das importações asiáticas brasileiras. Ao fim do milênio, após uma década de declínio, o número já se aproximava de trinta e cinco por

cento. Em se tratando de exportações, a queda observado é menos brusca, porém ainda significativa. No início da década averiguada, o Japão era responsável por aproximadamente quarenta e cinco por cento das exportações brasileiras para a Ásia. Já ao fim da mesma década, esse número não chegava a quarenta por cento. Em ambos os cenários, nota-se uma acentuada escalada chinesa, evidenciando a crescente significância do gigante asiático para o Brasil. Enquanto as importações brasileiras de origem chinesa dobraram ao longo da década de 1990, passando de cerca de sete por cento para aproximadamente quatorze por cento, as exportações do Brasil para a China também se expandiram, partindo de um número próximo a sete por cento e chegando, ao fim do milênio, em quase dezoito por cento. Por fim, vale notar a ascensão da Coreia do Sul no quadro comercial brasileiro, ao menos em termos de importações.

Finalmente, os investimentos mútuos também se tornaram componentes essenciais das relações econômicas sino-brasileiras.

No final de 1999, a China contava com cerca de 50 projetos de investimentos no Brasil, com um volume total de US\$50,0 milhões em áreas como mineração, metalurgia, processamento de madeiras, transporte, alimentos, vestuário, indústria leve, tratamento médico e restaurantes. Ao mesmo tempo, o Brasil contava com 193 projetos de investimentos na China, somando um volume total de US\$190 milhões, dos quais cerca de US\$50 milhões sobretudo em hidrelétricas, construção ferroviária e construção civil. (MINGDE, 2003, p.76).

O fim dos anos de 1990 testemunharam três acontecimentos importantes para as relações entre Brasil e China. Em primeiro lugar, a comemoração dos vinte e cinco anos de estabelecimento de laços diplomáticos entre os dois países. Em segundo, o já mencionado lançamento do primeiro Satélite Sino-Brasileiro de Rastreamento de Recursos Terrestres, fruto do projeto CBERS. Em terceiro, finalmente, a realização, no Rio de Janeiro, do Seminário Brasil-China, o primeiro grande encontro entre intelectuais chineses e brasileiros com vistas a consolidar a produção de conhecimento mútuo entre as duas nações (CABRAL, 2000).

Mais relevante, porém, ao menos para o Brasil, foi o esgotamento da matriz neoliberal de política externa observado ao fim do milênio. A crise financeira de 1999, o nítido esvaziamento das Nações Unidas, o unilateralismo estadunidense e a política de segurança que dominou a agenda internacional com a ascensão do terrorismo global, assim como o insistente protecionismo comercial das nações ricas, colocavam em xeque as convicções liberais e acendiam o debate sobre a ideia de uma *globalização assimétrica*, em detrimento do que antes se acreditava ser um processo que nivelaria as nações do mundo. Em seus últimos

anos frente ao governo brasileiro, Fernando Henrique Cardoso inflexiona a política internacional do país, dotando-a de tom crítico à estrutura da ordem mundial vigente (SILVA, 2009). O perfil da atuação internacional brasileira retomava, assim, contornos heterodoxos e, em certa medida, combativos. A forma como o país se relacionava com os demais Estados, por conseguinte, seria inevitavelmente afetada. As relações com a China, um parceiro estratégico em ascensão, novamente se viam frente a iminentes alterações.

3.2 Desenvolvimento e Comércio em um Novo Milênio

Os atentados de 11 de setembro de 2001 e a subsequente política internacional estadunidense de guerra ao terror inauguraram a nível mundial, de certa maneira, o novo milênio. Fernando Henrique Cardoso, em seus últimos anos frente à presidência do Brasil, condenou veementemente os atos que vitimaram milhares de norte-americanos e defendeu a contenção e eliminação de todas as formas de terrorismo. Seu posicionamento de solidariedade a Washington, entretanto, dava-se pouco tempo após o chefe de Estado reforçar, em discurso na Assembleia Nacional da França em 1999, sua oposição à ideia de choque de civilizações entre cristãos e muçulmanos. Em mensagem claro aos Estados Unidos, afirmou que o autoritarismo brotava em quaisquer lugares, a despeito de religiões e estruturas sociais dominantes. Complementou, ainda, declarando a barbárie não era somente os covardes atentados terroristas, mas também a intolerância e a imposição mundial de políticas unilaterais. As críticas ao sistema internacional eram cada vez mais constantes e mudanças na política externa brasileira, eminentes (SILVA, 2009).

Para Cervo (2006), o neoliberalismo de Cardoso, de inspiração kantiana, aos poucos encontrava-se com a fé e transformava-se em dogma. A insistência na crença de uma globalização generosa e igualitária, a cada dia mais duramente contestada pelas evidentes disparidades em expansão no sistema internacional e pelo unilateralismo das grandes potências, enfraquecia-se, jogando dúvidas sobre a coerência da política externa brasileira. A crescente desconfiança da opinião pública quanto a administração nacional vigente, somada ao ceticismo expresso pelos políticos, intelectuais e sindicalistas brasileiros diante da globalização, impunham um freio ao ímpeto neoliberal que tomara o Brasil na década de 1990 e forçaram o presidente a retomar ao menos em certa medida, em termos de política doméstico e externa, parâmetros históricos - e então abandonados - de nacionalismo e desenvolvimento. A inflexão, entretanto, não era radical, pois para o liberais da Era Cardoso era importante manter a diferenciação de um passado que pareciam abominar.

A correção do modelo brasileiro de política externa só viria, para o autor, com a derrota do partido de Cardoso, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nas eleições de 2002, para Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante a campanha, Lula convencera a população brasileira de que a política internacional do país, assim como seu modelo de desenvolvimento econômico e social, demandava mudanças urgentes. Após a posse, as alterações implementadas pelo novo presidente consistiam em dois pontos centrais: a superação, em seu aspecto doméstico, da miséria, denotando a importância da inclusão social; e a suplantação, em seu aspecto internacional, da vulnerabilidade brasileira, fruto, em grande medida, do enorme endividamento externo do país. A crença no mercado como motor do desenvolvimento era rejeitada. Em seu lugar, o Estado ressurgia como esperança de estabilidade econômica e avanço social. O comportamento brasileiro no palco internacional mudava crucialmente. Antes subserviente, a política externa do país tornava-se ativa.

A China, simultaneamente, ganhava proeminência no cenário internacional devido a seu expressivo desempenho econômico. Aos poucos, o gigante asiático assumia uma posição de pró-atividade na comunidade mundial, destacando-se por sua presença e atuação vigorosa nos principais fóruns e organizações internacionais. A política externa chinesa, por sua vez, colocava-se a serviço da modernização do país, prospectando mercado, capital, matéria-prima e tecnologia, dentre outros, em terras estrangeiras. Importava, para os estrategistas chineses, garantir os elementos fundamentais para o desenvolvimento da nação. Tais transformações impulsionavam e aprofundavam os laços entre Tóquio e a América Latina, dada a infinidade de recursos detida pela região (BECARD, 2011). Um cenário como esse, como se pode imaginar, era altamente favorável para a evolução da parceria estratégica sino-brasileira.

No campo político, os dois países demonstravam posições convergentes em grandes tópicos da agenda da comunidade internacional. No ano anterior, 2001, o Brasil havia apoiado o ingresso chinês na Organização Mundial do Comércio (OMC), gesto que reafirmava a boa sintonia entre Pequim e Brasília. A nova posição da China alterava os parâmetros econômicos do país, em especial no que diz respeito aos investimentos, preparando-o para a escalada ao topo da economia mundial.

[Com o ingresso na OMC) o regime de investimento da China foi adaptando-se aos parâmetros usuais das economias de mercado. Os incentivos tributários foram sendo nivelados entre empresas estrangeiras e nacionais, eliminando parte das vantagens locais das primeiras. Por um lado, os impostos são, em geral, considerados moderados, a conta corrente é conversível, há acordos de proteção ao investimento com a maior parte dos países, bem como provisões legais para a proteção dos

investidores estrangeiros. Por outro, manteve-se uma forte liberdade dos governos locais na negociação de condições diferenciadas para a aprovação de novos projetos de inversão. (CUNHA, 2011, p.16).

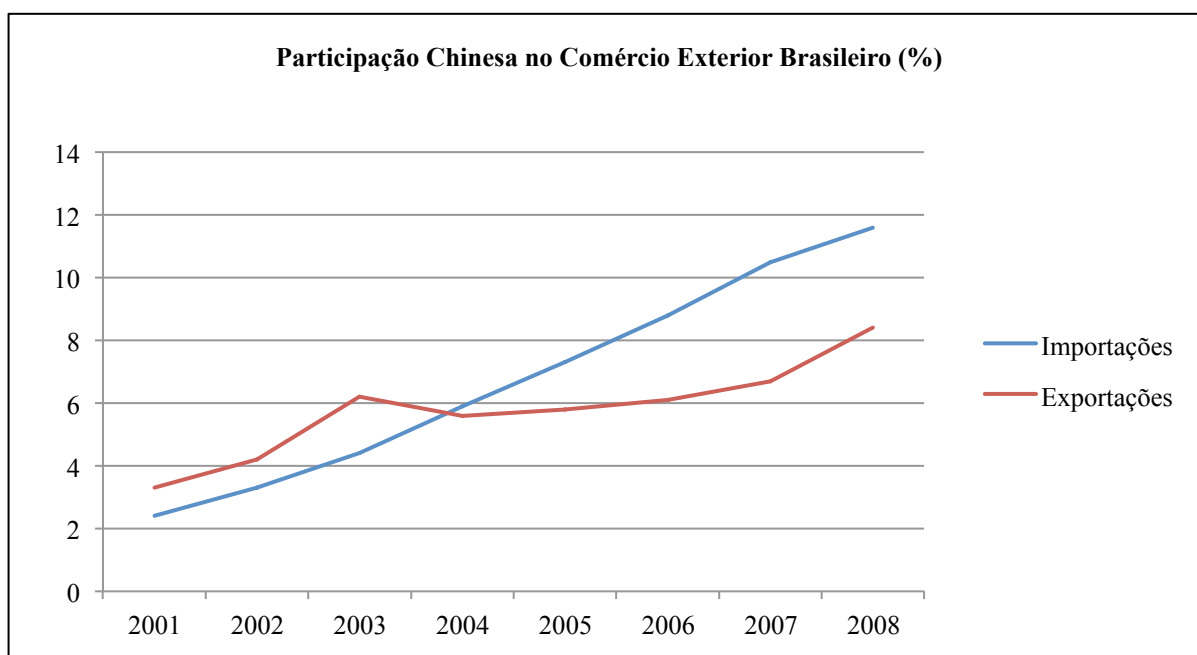
A China, além disso, utilizava-se do seu assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para fazer política externa, aprofundando, através da influência que o privilégio a concedia, suas relações com nações em desenvolvimento. Nesse sentido, acenava discretamente para a possibilidade de apoiar a campanha brasileira pela obtenção de vaga fixa no referido conselho. Em 2003, outro satélite do programa Cbers seria lançado, afinando ainda mais as relações científico-tecnológicas entre as nações, com efeitos óbvios em seu entrosamento político. Polos de poder importantes do mundo em desenvolvimento, Brasil e China exigiam respeito às suas considerações quanto aos mais diversos temas mundiais e advogavam a construção de uma nova ordem internacional equilibrada e participativa (OLIVEIRA, 2004).

Para Becard (2011), a viagem de Lula à China em 2004 - uma das mais importantes de sua gestão - contribuiu para a manutenção do clima favorável ao avanço da parceria estratégica sino-brasileira. Acompanhado por um expressivo grupo de ministros de Estado, governadores e empresários brasileiros, o então presidente do país empreendeu uma produtiva visita que culminou com a assinatura de nove atos bilaterais e quatorze contratos empresariais. Para o Brasil, importava demonstrar a grande importância que a China assumira para os projetos estratégicos e comerciais da nação. Motivados por um clima de otimismo que emergia dos bons resultados das relações entre os países, os brasileiros apostavam na capacidade chinesa de contribuir com o progresso de seu país, especialmente em termos de comércio exterior e infraestrutura.

A autora destaca ainda a visita do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil em 2004, uma demonstração de retribuição à recente viagem do presidente Lula. O chefe de Estado da China demonstrava gratidão pelo esforço brasileiro em reconhecer o gigante asiático enquanto economia de mercado, mesmo que sob vigorosos protestos do empresariado brasileiro, representado principalmente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em resposta, o Brasil aguardava a confirmação do esperado apoio chinês à campanha pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas - o que, oficialmente, nunca aconteceu. Por fim, Becard denota a importância da assinatura, em 2008, do lançamento por parte do governo brasileiro da Agenda China, plano que reunia os objetivos econômicos e comerciais brasileiros frente à parceria estratégica mantida com Tóquio.

Já em termos comerciais, em 2002 a China ultrapassaria o Japão como maior destino das exportações brasileiras para a Ásia, confirmando a tendência observada nos gráficos da sessão anterior. As importações da China também mantinham-se em franca ascensão. A relação comercial entre os países era evidentemente crescente. Ainda em 2002, foi assinado um acordo entre China e Brasil de equivalência sanitária, abrindo-se, assim, aos produtores brasileiros as possibilidades de exportação de carne bovina e aviária ao gigante asiática. Concomitantemente, grandes empresas como a Embraer, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Marcopolo, dentre outras, firmavam parcerias e ingressavam no gigantesco mercado chinês (OLIVEIRA, 2004).

Os dados do período do confirmam a tendência ascendente do fluxo comercial sino-brasileiro.

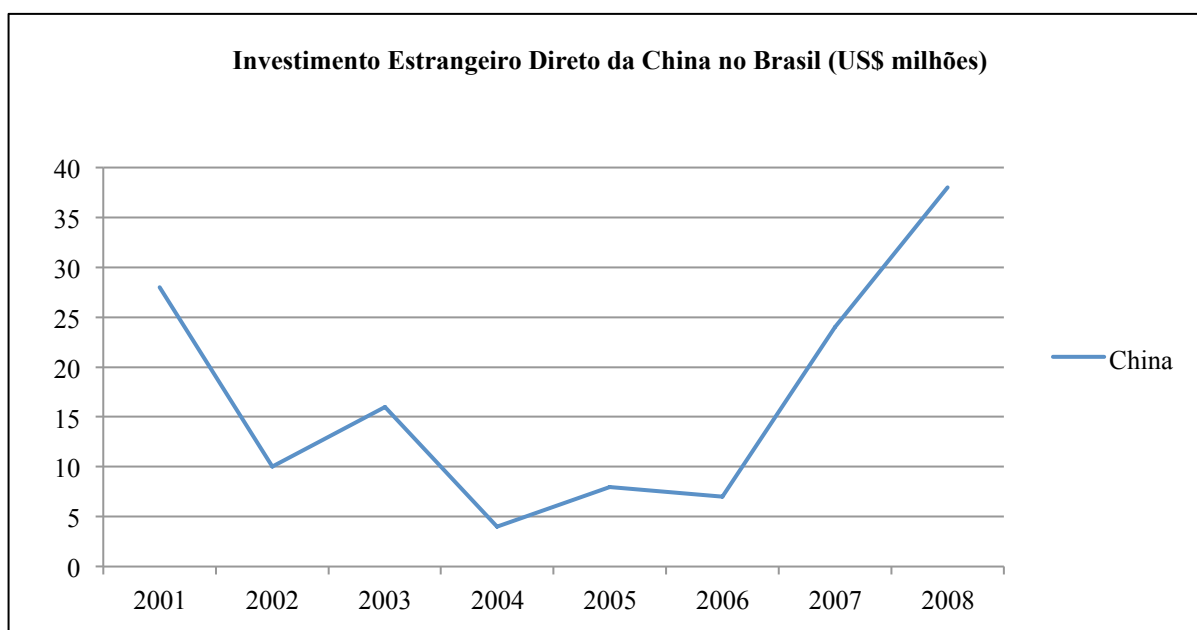


Fonte: Brasil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.

Em 2001, como pode-se observar, a China correspondia a pouco mais de três por cento do total das exportações brasileiras. Uma expressiva sequência de elevação do fluxo de comércio entre os países levou esse número, em 2008, a mais de oito por cento. O Japão, por comparação, correspondia também a pouco mais de três por cento das exportações brasileiras em 2001. Já em 2008, o número seguia na casa do três por cento (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS). A China, assim, consolidava sua posição enquanto maior parceiro econômico brasileiro na Ásia, fato reforçando igualmente pelos números de importações brasileiras.

A tendência verificada em termos de importações brasileiras da China também é, como aponta o gráfico, positiva. Enquanto, em 2001, o gigante asiático correspondia a cerca de dois por cento do total de importações brasileiras, em 2008, após anos de ascensão, o número já chegava a, impressionantemente, quase doze por cento. Os números do Japão, novamente a título de comparação, mostram um cenário absolutamente diferente. Enquanto, em 2001, as importações brasileiras do país representavam cerca de cinco por cento do total, em 2008 esse número se aproximava de quatro por cento (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS). Os dados não deixam dúvidas de que, ao menos em termos comerciais, a China substituíra o Japão enquanto mais relevante parceiro brasileiro no continente asiático. Os avanços políticos guiados pela parceria estratégica sino-brasileira também denunciavam que, mesmo em outros aspectos, a China ultrapassara em poucas décadas o Japão em termos de relevância para o Brasil.

A tendência observada nos investimentos diretos da China no Brasil no mesmo período, contudo, não é tão clara.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O número, que em 2001 já se aproximava dos trinta milhões de dólares, atravessou um período de instabilidade que se estenderia até 2006, alcançando, em 2004, um nível historicamente baixo de menos de cinco milhões de dólares. Ao fim do período, entretanto, já se observava uma recuperação dos investimentos chineses no Brasil. Em 2008, o IED da China no parceiro sul-americano se aproximava da casa dos quarenta milhões de dólares em uma vigorosa curva de ascensão.

Como aponta Cunha (2011), do princípio do século XX até o ano de 2008 a economia mundial se expandiu em um ritmo excepcional. Alguns fatores explicam a referida constatação. O Produto Interno Bruto mundial escalava anualmente a uma taxa de quatro pontos percentuais, aliado, pelo menos até 2007, a baixos índices de inflação nos principais países do globo. Regiões que em décadas anteriores apresentava baixo dinamismo econômico, como a América Latina, o Leste Europeu e a África, se recuperavam, alavancando suas expansões. Os resultados externos e as contas públicas também melhoraram significativamente nas nações desenvolvidas, tornando suas economias menos frágeis e/ou vulneráveis. Por último, economias emergentes, como as do Brasil e da China, ganharam peso na renda mundial e tornaram-se fatores determinantes na sua expansão, por vezes sobrepondo-se até mesmo ao países tradicionalmente desenvolvidos.

Em 2008, porém, uma crise financeira de proporções gigantescas nascida em Wall Street, nos Estados Unidos, rapidamente se espalharia pelo globo e devastaria a economia mundial. A “era de ouro” do início do século chegara a um dramático fim. Países centrais e periféricos, do Norte e do Sul, passaram, repentinamente, a navegar nas águas de um sistema econômico mundial em franca turbulência. Os fluxos de comércio internacional despencariam. A produção mundial se estagnaria e muitas nações logo mergulhariam em recessão. Washington, em particular, era especialmente atingida, deixando a China em uma posição de ainda maior evidência na manutenção de um mínimo dinamismo econômico mundial. A crise prontamente se transformara em política. Nos fóruns internacionais, sobrevivência era a palavra de ordem. Na busca por novos modelos políticos, econômicos e sociais em meio ao caos, Estados redefiniam suas prioridades. O futuro da cooperação internacional, especialmente entre países em desenvolvimento, dotados de menos recursos políticos, era duvidoso.

Um novo desafio - de proporções, vale notar, expressivas - se edificava, assim, frente à parceria estratégica sino-brasileira. Sua continuidade dependeria diretamente da maneira como Brasil e China responderiam às questões surgidas em meio à grande crise nos anos que a sucederiam. Os fluxos comerciais entre os países seguiriam em ascensão? Ademais, qual era a viabilidade do prosseguimento e evolução da cooperação política e tecnológica entre Pequim e Brasília em tempos de tamanha instabilidade? O presente e as tendências para seu futuro, tema de análise do próximo e último capítulo da presente pesquisa, derivam, em grande medida, dessas respostas.

4 PRESENTE E CONTINUIDADE

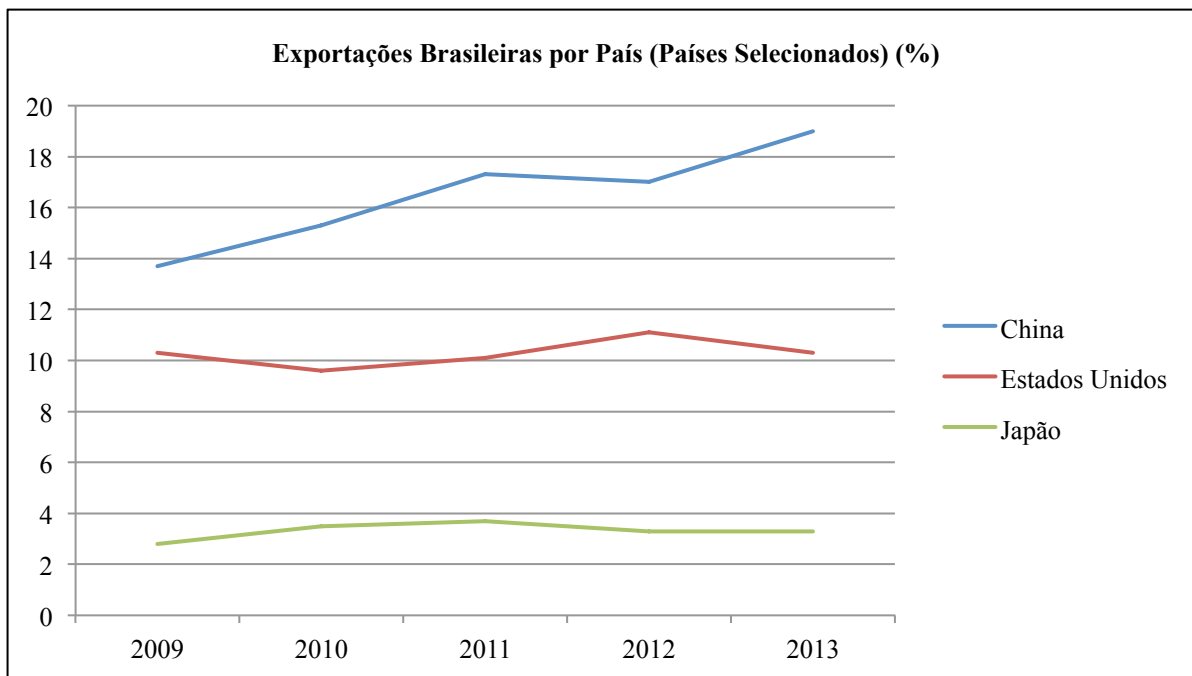
4.1 Evolução das Relações Econômicas e a Ameaça Chinesa

No ano de 2009, inaugurar-se-ia um novo tempo para as relações sino-brasileiras. A China, pela primeira vez na história, ultrapassaria os Estados Unidos da América em termos de volume de comércio com o Brasil, tornando-se o principal parceiro comercial do país no mundo. Ademais, a Ásia, consonantemente, veria o ápice da expansão de seu fluxo de comércio com Brasília, superando o número detido pela Europa e também consolidando-se, em termos de região, como principal parceira comercial dos brasileiros. Assim, após anos de virtuosa ascendência, observou-se com clareza a consolidação da alteração das principais correntes de comércio mantidas pelo Brasil (OLIVEIRA, 2016). A crise de 2008 não parecia ter logrado repercutir seus efeitos destruidores, afinal e ao menos nesse aspecto, sobre a parceria entre Brasil e China.

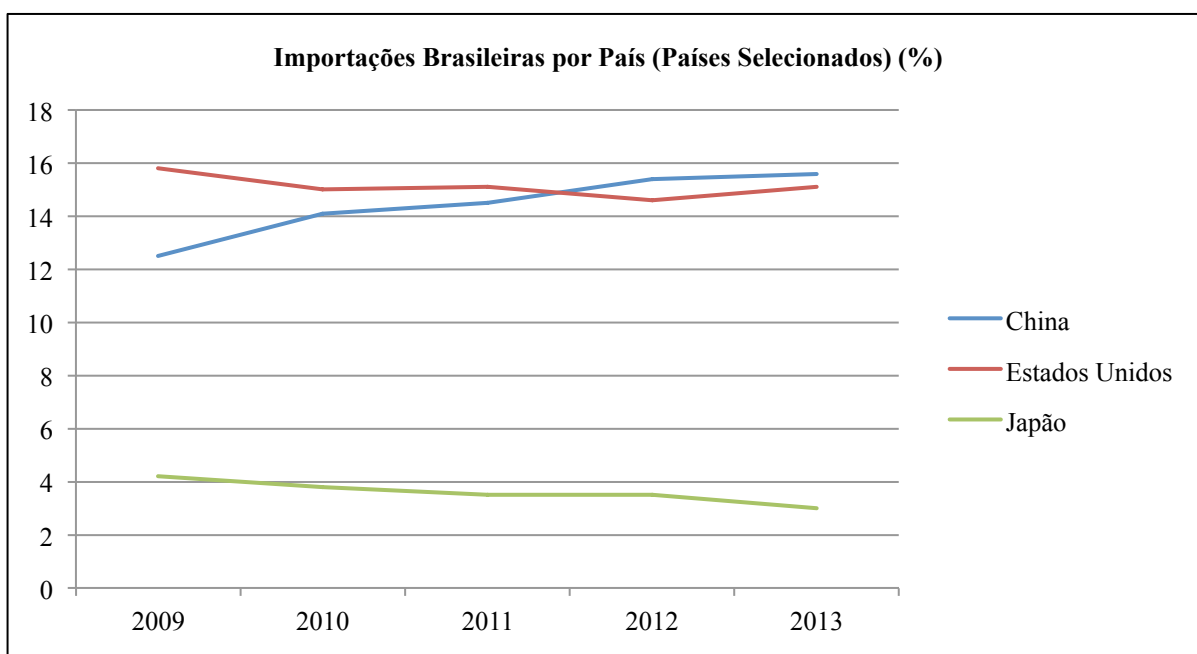
Como podemos observar nos dois gráficos subsequentes, em termos de recepção de exportações do Brasil, a China mantinha, em 2009, larga vantagem sobre os Estados Unidos, sendo destino de cerca de quatorze por cento das vendas internacionais brasileiras enquanto Washington se encontrava próximo a um patamar de dez por cento. Ao longo dos anos a diferença se amplia, com Pequim alcançando, em 2013, um impressionante número de dezenove por cento, ao passo que os estadunidenses, por sua vez, mantinham-se em torno do mesmo volume proporcional observado anteriormente, ainda em 2009.

Já em termos de importações, vemos que as compras internacionais realizadas pelo Brasil tinham cerca de doze por cento de sua origem, também em 2009, na China, enquanto os EUA representavam por volta de dezesseis por cento das importações brasileiras. Somando-se exportações e importações, Pequim superara Washington por quase um ponto percentual (26,2% e 25,3%, respectivamente). Com o tempo, a vantagem chinesa se ampliou. Em 2013, a China já correspondia a 34,6 por cento do fluxo de comércio internacional brasileiro, enquanto os Estados Unidos, finalmente, encontravam-se em torno de um número de 25,4 por cento. Tal cenário indicava uma mudança expressiva para o Brasil, que viu, durante muitas décadas, a superpotência ao Norte como principal parceiro comercial. A expansão chinesa chegara, por fim, a níveis por muito tempo inimagináveis. Em ambos os cenários, a título de complemento, o Japão se mantém consideravelmente relevante, reafirmando a importância da Ásia para o comércio brasileiro, sem, porém, ameaçar a recém

conquistada dominância chinesa na área (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2016).



Fonte: Brasil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.



Fonte: Brasil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.

É importante destacar a progressiva perda de relevância das demais nações desenvolvidas, para além dos EUA, nos fluxos de comércio internacional brasileiro. Duramente afetados pela grande crise de 2008, os Estados tradicionais do Hemisfério Norte

reduziram significativamente seus volumes especialmente de importações. Concomitantemente, membros do Mercosul e da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) também reduziram suas compras de produtos brasileiros (OLIVEIRA, 2016). O cenário, por um lado preocupante, foi equilibrado pela ascensão do comércio sino-brasileiro.

Como assinala Pinto (2011), a China, mesmo em tempos de crise, logrou se transformar no principal produtor manufatureiro do planeta. Assumiu não só a posição de maior exportador mundial, mas também a de segundo maior importador. Se, em 2009, a participação chinesa no comércio mundial, em exportações e importações, era respectivamente de 9,7 por cento e 7,9 por cento, em 2010 os mesmos números já chegavam a 10,4 por cento e 9 por cento. A ascensão é expressiva levando-se em conta que, na maior parte dos demais países do mundo, o que então se observava era um tendência contrária, de queda.

Aos poucos a China ampliava também os seus investimentos diretos no mundo. No fim do século XX, quando o gigante asiático dava seus primeiros passos rumo à plena internacionalização de sua economia, o estoque de investimentos do país no exterior era próximo de vinte e cinco bilhões de dólares. Em 2009, o número já era de duzentos e trinta bilhões de dólares. O fluxo de saída de investimentos nesse mesmo ano foi de quarenta e oito bilhões de dólares, valor aproximadamente vinte vezes superior ao observado durante toda a década de 1990. O IED chinês evidencia os planos de globalização de Pequim e, ainda, as pretensões de criação de campeões nacionais, ou seja, expandir grandes empresas chinesas pelo globo de modo a fortalecer o processo industrializante da nação (CUNHA, 2011).

Os investimentos estrangeiros diretos da China no Brasil, em particular, ampliaram-se consideravelmente, como poderia se esperar, durante esse período. A cifra, que em 2001, como já visto anteriormente, era de apenas vinte e oito milhões de dólares, chegara, em 2009, a um valor próximo a oitenta e três milhões de dólares. Em 2010, o número observado já era de cerca de trezentos e noventa e cinco milhões de dólares. Em 2013, contudo, o IED chinês no país se reduziria a 110 milhões de dólares, valor ainda substancial quando comparado aos obtido no início da década. A comparação ao volume dos investimentos estadunidenses no Brasil, entretanto, ainda é incabível. Somente em 2013, o IED de Washington no país foi de aproximadamente nove bilhões de dólares, quase vinte por cento de todo o investimento estrangeiro recebido pelo Brasil no mesmo ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016).

Em termos mais amplos, seguia interessando à China aprofundar as relações com o Brasil. Suas principais metas eram, dentre muitas, explorar as abundantes matérias-primas brasileiras, assim como os recursos energéticos do país, de modo a garantir os meios para

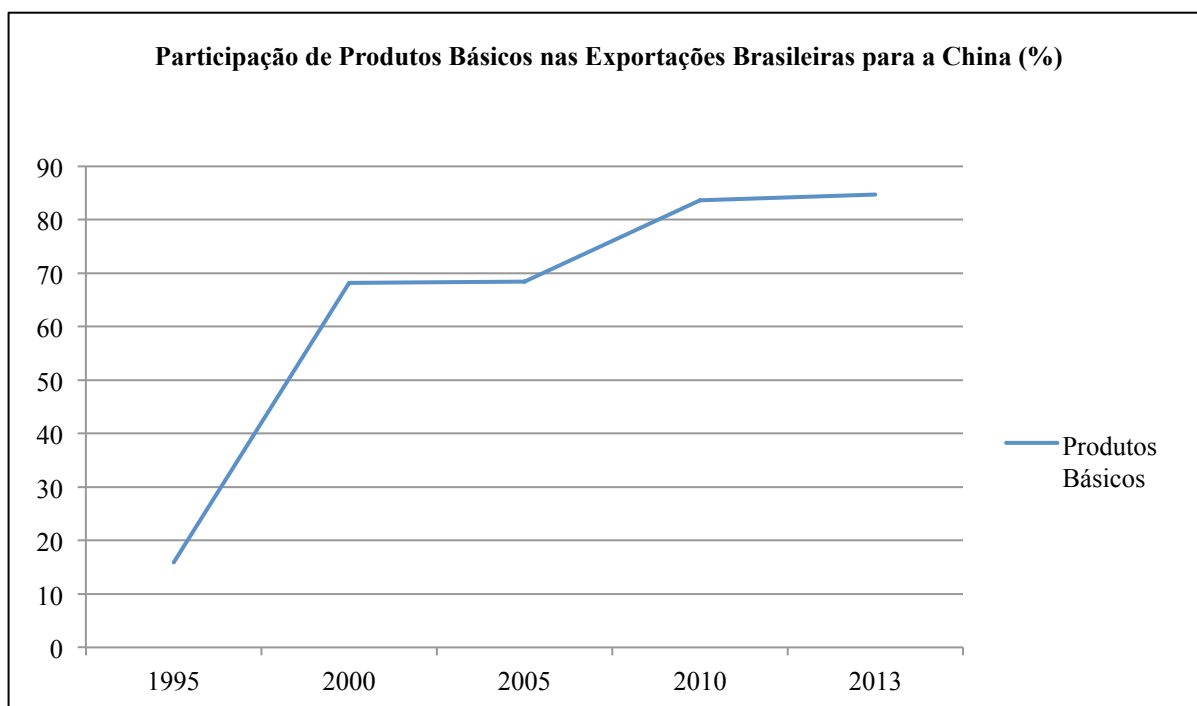
prosseguir com o desenvolvimento econômico chinês; expandir os negócios chineses no Brasil, com fins a ampliar suas margens de lucro através da venda de produtos, concessão de empréstimos etc.; assegurar a presença da China no mercado brasileiro e, por conseguinte, sul-americano, dada a percepção do grande potencial mercadológico da região e a centralidade do Brasil para a expansão local; cooperar em áreas científica e tecnológicas, avançando no desenvolvimento de conhecimento e novas ferramentas e, se possível, adquirindo tecnologias prontas; e, ainda, utilizar-se da parceria estratégica entre os dois países para evitar dependências, desconstruir assimetrias e, assim, ampliar o poder de barganha da China na comunidade internacional (BECARD, 2011).

Os interesses brasileiros para com a parceria estratégica com a China eram, em grande medida, semelhantes. O país procurava certificar a continuidade de seu crescimento econômico, assim como balancear os efeitos negativos gerados pela crise nas relações estabelecidas com outras nações. Manter a balança comercial superavitária era, então, fundamental. Importava ainda expandir as empresas brasileiras, de modo a inseri-las no vasto mercado chinês. A cooperação científica e tecnológica era outro ponto reciprocamente relevante, dada a magnitude do ainda ativo programa Cbers e das diversas tecnologias já detidas pela China e ainda não desenvolvidas pelo Brasil, além dos grandes centros acadêmicos e de pesquisa do gigante asiático. Por fim, a ideia da expansão do poder de barganha no cenário internacional eram igualmente cara a Brasília e, para tanto, as relações com os chineses eram elementar.

Há, entretanto, na parceria estratégica entre Brasil e China, um aspecto que parece preocupar diversos analistas. A expansão econômica mundial chinesa ampliou significativamente a demanda global por matérias-primas como minérios, alimentos e fontes de energia. A partir de então, iniciou-se um novo ciclo de sobrevalorização dos preços das *commodities*, gerando uma força que levaria diversas nações a tender a uma especialização na produção e exportação de bens primários. Tal ciclo teria acelerado, no Brasil, um processo que, gradualmente e ao longo dos anos, expande a produção e venda internacional de mercadorias de baixo valor agregado em detrimento do complexo industrial nacional, levando o país a uma posição que remete àquela que ocupara até a primeira metade do século XX. Ademais, as exportações de Pequim representam outro perigo à indústria brasileira que, em meio a um cenário de dificuldade, ainda busca se expandir (CUNHA, 2011).

Surge então a ideia de *ameaça chinesa*, com vistas a alertar sobre a possibilidade de que os laços mantidos entre Brasil e China através de sua parceria estratégica sejam potencialmente prejudiciais à economia e aos planos nacionais de desenvolvimento

brasileiros. Becard (2011) reforça a crítica às relações comerciais sino-brasileiras, apontando a dificuldade brasileira em agregar valor e diversificar sua pauta de exportação à China. Enquanto o Brasil mostra-se capaz de exportar uma expressiva porcentagem de produtos industrializados para diversos países, em se tratando de China a maior parte das vendas brasileiras é composta por produtos primários, de baixo valor agregado, ou de bens semimanufaturados. O gráfico a seguir esclarece a magnitude da referida situação.

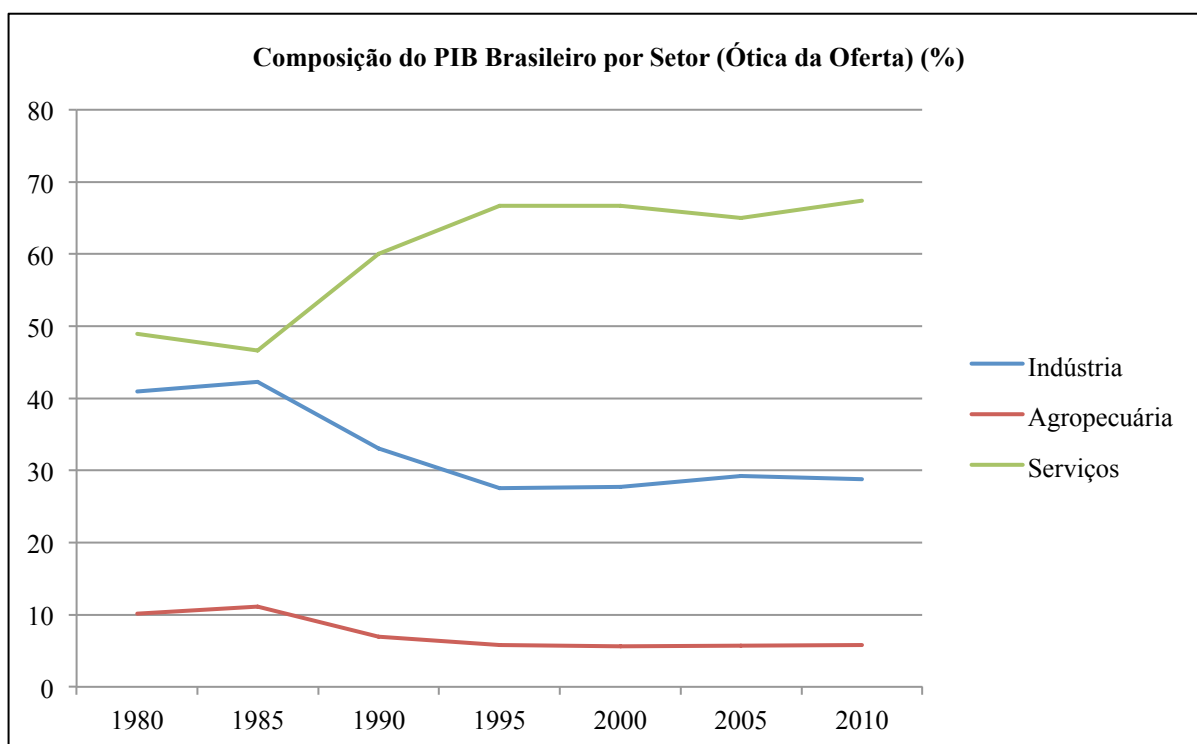


Fonte: Brasil, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria.

Como pode-se observar, a ascensão da participação de produtos básicos nas exportações brasileiras para a China é expressiva. Se, em 1995, menos de vinte por cento das vendas do Brasil para os chineses correspondia a bens primários, em 2013, após menos de duas décadas, esse montante já se aproximava da marca dos noventa por cento. A imensa maioria, assim, daquilo que é exportado pelo Brasil para a China é de baixo valor agregado, não-intensivo em tecnologia e mão-de-obra especializada. A partir desse ponto de vista, a indústria poderia estar, em grande medida, isolada dos benefícios gerados pela parceria estratégica sino-brasileira, dado que não faz parte do grupo de setores da economia diretamente por ela dinamizados.

Um exame rápido da composição histórica do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro coloca a referida situação em perspectiva. No gráfico a seguir, é possível notar a acentuada queda da participação industrial no produto nacional observada nos trinta anos que separam o

início década de 1980 do fim dos anos de 2000. Se, há cerca de três décadas, a indústria era responsável por mais de quarenta por cento do PIB do Brasil, em 2010 o mesmo número não chegava a trinta por cento. O interessante, aqui, é notar que não é a agricultura mas sim os serviços que crescem em contraste com o declínio industrial nacional (não cabe aqui, entretanto, investigar a existência ou não de relação entre as duas tendências). A agropecuária, ao contrário do que se poderia esperar, também recuou, saindo de um patamar de correspondência a mais dez por cento do PIB nacional para um de seis por cento.



Fonte: IPEA, IBGE. Elaboração própria.

Becard, entretanto, evita um diagnóstico absolutamente negativo das relações comerciais e econômicas entre Brasil e China, contrabalanceando-o positivamente ao destacar que:

Ao final da primeira década do século XXI, não restam dúvidas de que o crescimento chinês propiciou a abertura de diversos negócios para os sul-americanos, sobretudo nas áreas de energia, minérios e produtos agropecuários. Os investimentos chineses no Brasil nessas áreas, em especial, tornaram-se cada vez mais numerosos e diversificados, mesmo quando desenvolvidos sobre bases aquém do esperado ou anunciado. (BECARD, 2011, p. 41).

Oliveira (2016) destaca, contudo, que essa tendência não é isolada. Pelo contrário, o setor de produtos básicos duplicou sua participação no montante total das exportações

brasileiras entre o ano de 2000 e o de 2013, passando de 22,8 por cento para 47,6 por cento. Os manufaturados, por sua vez, recuaram, reduzindo sua participação de 58,1 por cento para 34,4 por cento entre os mesmos anos. Enfatiza que, no caso sino-brasileiro, até o ano de 1996 a China absorvia majoritariamente produtos industrializados brasileiros, característica que se alterou em 1997 e vem, desde então, se ampliando largamente. Por fim, o autor destaca que o mesmo pode ser observado, para além da China, na composição das exportações do Brasil para Japão, Coreia do Sul e, por conseguinte, para o próprio continente asiático, dado o peso dessas três nações em conjunto para as vendas brasileiras para a região.

Entretanto, é imprescindível recorrer a algumas considerações quando se trata das relações comerciais entre China e Brasil. Primeiramente, é preciso reconhecer que, a parte de notáveis assimetrias, o fluxo comercial entre os dois países é extremamente importante enquanto contraposição à desaceleração das trocas com demais nações, especialmente aquelas severamente afetados pela crise de 2008, pois a China é essencial para a manutenção dos superávits na balança comercial brasileira. Em segundo lugar, o setor agrícola brasileiro, diretamente beneficiado pelas trocas com a China, funciona em sinergia com o complexo industrial do Brasil e esse, por associação, também acaba por prosperar sob o avanço dos laços sino-brasileiros. E, por último, vale notar que as importações brasileiras de máquinas e equipamentos chineses contribui para o restabelecimento da indústria no Brasil (CASTRO, 2008).

Como aponta Cunha (2011), a situação é comumente contemplada de duas maneiras distintas. A primeira delas, essencialmente otimista, enxerga na ascensão chinesa a possibilidade de construção de uma nova ordem mundial em que haja mais espaço para a cooperação, o multilateralismo e, ainda, para o fortalecimento da liderança e protagonismo político de países como o Brasil, diferente, em grande medida, do que hoje se vê. A segunda, de perfil pessimista, presencia o mesmo cenário, alertando, porém, para a possibilidade de que a China, no limite, represente para o Brasil um risco de regressão, levando o país novamente a uma posição de economia meramente agrário-exportadora. Em consonância com essa percepção, o autor enfatiza que:

[...] o efeito China representa, nessa dimensão produtivo-comercial, um binômio cada vez mais perigoso: de um lado, estimula os setores intensivos em recursos naturais, o que sinaliza para uma especialização produtiva que faz eco ao modelo primário-exportador anterior a 1930; por outro, e intensificando os riscos dessa especialização regressiva, a concorrência chinesa impõe perdas de mercado para produtores e exportadores industriais do Brasil. (CUNHA, 2011, p. 25).

Barbosa e Jenkins (2011) compartilham, em parte, suas preocupações. Os autores acreditam no risco representado pela China de esvaziamento do setor produtivo brasileiro, mas divergem ao alegar que o que há hoje é, em grande medida, um desconforto gerado por uma possibilidade futura, e não a constatação de uma realidade imediata de devastação industrial. Avaliam, ainda, que apesar de Pequim gerar uma pressão significativa sobre a indústria brasileira, não é capaz de destruí-la, dada a dimensão do mercado do Brasil e a complexidade e coerência de seu parque industrial, além das opções de políticas macroeconômicas de assistência disponíveis ao uso dos governos.

Como afirmam Gonçalves e Brito (2010), a situação do Brasil é apenas relativamente preocupante. Se, por um lado, o padrão de comércio com a China pode inquietar, por outro a complementaridade das duas economias rende grandes benefícios ao país. Ademais, destacam que, apesar dos dados críticos, o Brasil têm proeminência na venda de alguns bens manufaturados para a China, havendo espaço, assim, para a expansão de indústrias brasileiras no gigante asiático, como a de produtos químicos, de autopeças e de máquinas eletrônicas.

O debate entre autores deixa claro a dualidade das relações comerciais e da própria parceria estratégica sino-brasileira em nossos tempos. Parece sensato, então, analisá-la à luz de sua heterogeneidade. Como apontam Sennes e Barbosa (2011), a China se apresenta ao Brasil concomitantemente de maneiras distintas. Se, por um lado, é fornecedora de insumos baratos que elevam a competitividade de uma infinidade de produtos brasileiros, por outro é concorrente agressiva muitas vezes à revelia das normas internacionais do comércio. Se, mais uma vez, é grande importadora de *commodities*, contribuindo para o superávit da balança comercial brasileira, é também competidora mais eficiente do que o Brasil em muitas outras áreas. Se ora investe em setores de alto valor agregado e intenso uso de tecnologia, como o automobilístico, ora investe em setores agrários, intensificando a especialização regressiva brasileira. Sua influência vai além, assim, das simplificações que a reduzem a uma sentença de ruína ou glória à economia e indústria brasileira. É um parceiro complexo, especial em suas diferenças em relação a todos os demais.

4.2 Instabilidade Brasileira e o Mundo Harmonioso Chinês

Em 2010, ao fim do segundo mandato do Presidente Lula, Hu Jintao visitaria o Brasil pela última vez enquanto presidente chinês e assinaria o Plano de Ação Conjunta 2010-2014. Como constata Gonçalves e Brito (2011), o objetivo era refinar a coordenação entre os países e melhorar suas atuações em mecanismos de cooperação bilateral já existentes, assim

como amplificar as iniciativas políticas conjuntas sino-brasileiras. Reconhecia-se a insuficiente concertação entre China e Brasil no eixo político de sua parceria estratégica e propunha-se, através do plano, remediar a situação, intensificando os laços entre os países. Já no eixo científico e tecnológico da parceria, os resultados acumulados ao longo dos anos pareciam satisfazer ambas as partes. Setores como o de geração de energia, exploração de petróleo, indústria química e nuclear, dentre outros, alavancavam seu progresso através das relações estabelecidas entre Brasil e China. Para além das áreas já consolidadas, a nova meta parecia ser a expansão a novos campos, como o médico, o eletrônico e o biotecnológico.

Becard (2011) afirma que as dificuldades que se impunham à parceria estratégica sino-brasileira a partir do início da segunda década do século XXI derivavam de uma série de fragilidades que sobreviveram ao avanço das relações entre os países nos anos precedentes. Em primeiro lugar, faltava à relação planejamento conjunto que garantisse a formulação e execução de metas comuns, em despeito da miríade de acordos - nas mais diversas áreas e temas - já assinados entre as duas nações. Apesar da eficiência de algumas desses acordos e iniciativas, como a Agenda China, os resultados totais ainda eram demasiadamente discretos. Por parte do Brasil, a baixa coordenação entre os diferentes setores governamentais e empresariais reforçava o entrave na sincronia das relações com a China.

Em segundo lugar, o módico conhecimento mútuo entre os dois países, ou seja, a extensão na qual a China conhecia e entendia o Brasil e na qual o Brasil conhecia e entendia a China, também era um fator paralisante, especialmente em termos de comércio e iniciativas econômicas conjuntas. Línguas distantes e culturas díspares são apenas dois entre os muitos fatores que comprometem a ascensão da relação entre os países a um nível mais intensivo em proximidade. A qualidade do intercâmbio comercial sino-brasileiro é outro problema, já examinado na sessão anterior. Resumidamente, os fluxos eram de produtos básicos do Brasil para a China e de industrializados da China para o Brasil, característica que não satisfazia o governo ou o empresariado brasileiro. Esse último, em específico, sentia-se impossibilitado de concorrer eficientemente com a produção chinesa, dadas as diferenças de ambiente macroeconômico - juros, câmbio e inflação -, tributário e trabalhista entre as duas nações.

Em terceiro, por fim, estavam os limites até então apresentados pela cooperação científica e tecnológica entre os países. Iniciativas como o CBERS tinham gerado uma infinidade de frutos nos mais diversos termos para ambos os países. O cenário era, por conseguinte, de entusiasmo. Havia, entretanto, uma miríade de outros projetos passíveis de serem explorados e que, em grande medida por ineficiência das negociações políticas, não

avançavam. Os esforços, assim, deveriam se concentrar em refinar os contatos políticos para que fosse possível realizar as possibilidades entre as duas nações.

Ainda em 2010, seria eleita para a presidência da república Dilma Rousseff, membro do Partido do Trabalhadores, sucessora de Lula e primeira mulher a ocupar o cargo de Chefe de Estado no país. Em seu discurso de posse no Congresso brasileiro, a nova presidente, apesar de não mencionar a China, desenhou as linhas do perfil da política externa a ser implementada em seu governo.

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo. O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo. Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Européia. Vamos dar grande atenção aos países emergentes. (ROUSSEFF, 2011).

Os valores clássicos mencionados por Rousseff são aqueles consolidados historicamente na política externa brasileira, a despeito de mudanças de governo e regime. Reafirmá-los parece ser uma maneira de garantir a continuidade do posicionamento global do país, de modo a assegurar o cumprimento de seus compromissos e tranquilizar seus pares na comunidade mundial. A luta contra a fome e a miséria, inserida por Lula na política externa do Brasil, também se mantinha nos planos do novo governo. Importante para a parceria estratégica sino-brasileira, Dilma afirma que aprofundará as relações com os “povos dos países asiáticos” e dará grande atenção aos países emergentes. A China, maior parceria econômico e comercial do Brasil na Ásia e maior país emergente do mundo, era absolutamente contemplada pelos compromissos assumidos pela governante. No restante de seu discurso, Rousseff, ainda em termos de política externa, reforça as pretensões brasileiras de associar política externa ao desenvolvimento conjunto da América do Sul, de contribuir para a construção de um mundo multipolar e, por fim, de advogar por uma reforma que traga representatividade aos grandes órgãos internacionais, em especial às Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança.

Em visita a China em abril do seu primeiro ano de mandato, Dilma Rousseff debruçou-se sobre assuntos em sua maioria de cunho econômico, sem ignorar, é claro, as questões políticas que compunham a parceria estratégica sino-brasileira. De maneira sintética, Becard (2011) alega que os principais objetivos durante a viagem ao gigante asiático eram inaugurar possibilidades de negócios para empresas brasileiras em território chinês; ampliar o

comércio bilateral entre os países e diversificar sua pauta, em resposta aos problemas de especialização produtiva brasileira; estimular os investimentos chineses no Brasil assim como os investimentos brasileiros na China; promover a continuidade e expansão da cooperação científica e tecnológica entre os dois países; e, por fim, prospectar acordos de transferência tecnológica chinesa para o Brasil.

Em seus discursos na China, a presidente declarou que o interesse brasileiro, a partir de então, era de elevar as relações com os chineses a um nível que extrapolasse saldos comerciais volumosos e positivos e abrangesse também - e principalmente - pesquisas, investimentos e trocas de bens de alto valor agregado. Rousseff dava voz, assim, às preocupações com a ameaça chinesa e buscava um caminho que garantisse a continuidade e a ampliação do complexo industrial brasileiro. Em resposta, a China se mostrou disposta a incentivar suas empresas a elevar as importações de bens brasileiros intensivos em tecnologia e mão-de-obra qualificada.

Está claro, aqui, um posicionamento brasileiro diferente do praticado no passado frente às relações com a China. Se, anteriormente, o avanço da parceria estratégica era posto acima de considerações quanto à qualidade do intercâmbio entre os países, agora o Brasil tornava-se mais exigente e assumia tom crítico, preocupando-se com o conteúdo da parceria e não mais apenas com seu volume. Dali para frente, declarava-se que apenas medidas que contribuíssem para a construção de posições simétricas entre os dois países e garantissem ganhos mútuos seriam oficialmente incentivadas por Brasília.

A solicitude chinesa em concentrar esforços na melhoria de sua relação com o Brasil, comprometendo-se a atender os pedidos deste de qualificar o fluxo comercial entre os países, demonstra a importância que Pequim observa na manutenção de bons laços com as demais nações do mundo, em especial àquelas que desempenham papel relevante em seus planos de ordem internacional. A ideia chinesa de governança global tem raízes fincadas no conceito de *mundo harmonioso*, complemento da *sociedade harmoniosa* defendida pelo Partido Comunista Chinês. A harmonia, ideia central no arcabouço teórico confucionista, expressa-se concomitantemente nas estratégias domésticas e globais chinesas. Dentro da China, procura equilibrar uma sociedade milenar que perpassa os abalos de uma modernização galopante e que se depara com difíceis questões de desigualdade, desemprego e meio ambiente, dentre outras. Fora da China, por outro lado, parte do pressuposto de que o caminho rumo a um sistema internacional multipolar é irreversível. Embora reconheça a existência de instabilidades e incertezas, considera não mais cabível a luta pelo poder hegemônico. As ideias da Guerra Fria, assim, deveriam ser abandonadas e, em seu lugar, deveriam ser

edificado o respeito mútuo, a igualdade e a coordenação na comunidade internacional (SU, 2009; GONÇALVES; BRITO, 2011).

A ânsia chinesa por reformar a ordem internacional é fruto, em grande medida, da forma como o país ingressou na ordem hoje vigente. Coagida pelas potências ocidentais após anos de humilhações, a China se viu forçada a embarcar em um sistema cujas regras não ajudou a formular e cuja estrutura impede seu avanço nos moldes que aspira.

Quando pressionada para aderir às “regras do jogo” e às “responsabilidades” do sistema internacional, a reação visceral de muitos chineses - incluindo seus líderes mais importantes - foi profundamente afetada pela consciência de que a China não tinha participado da formulação das regras do sistema. [...] Mas eles esperam - e mais cedo ou mais tarde acabarão por agir com base nessa expectativa - que a ordem internacional se desenvolva de modo a tornar possível que a China volte a desempenhar um papel central na formulação de regras, até mesmo a ponto de rever algumas das normas atualmente em vigor. (KISSINGER, 2015, p.227).

Para Wang Chen (2009), a China do mundo harmonioso é favorável ao multilateralismo e a relações internacionais democráticas. Opõe-se aos monopólios políticos e às decisões unilaterais no sistema internacional. Em um mundo em harmonia, todas as nações participam da resolução dos problemas do mundo, e não apenas aquelas consideradas mais poderosas. O multipolarismo é a grande tendência da comunidade internacional e, dada a impossibilidade de revertê-la, resta aos Estados dedicar-se a construir, a partir daí, a melhor estrutura global possível.

O mundo harmonioso seria estruturado, a princípio, da seguinte maneira: respeito de cada nação pela integridade e soberania de todas as demais nações; pacificidade ou não-agressão; não-ingerência em questões internas de outras nações; isonomia, igualdade de direito e relações de vantagens mútuas (win-win) entre as nações; e, por fim, a coexistência pacífica. Sua organização se daria em três níveis: relações de parceria bilateral; processos regionais de integração; e, ainda, redes globais de coordenação entre regiões (SU, 2009). Nesse mundo, as parcerias estratégicas são fundamentais, pois solidificam as relações bilaterais, base sob a qual todo o restante da ordem internacional advogada pela China se ergue. A relação com o Brasil, assim, é mais do que apenas um canal político, econômico e comercial mantido pelos chineses - é parte do plano de mundo que Pequim defende e pretende edificar (GONÇALVES, BRITO, 2011).

A transformação da política externa do Brasil para a China, que tornara-se mais exigente e criteriosa, e a boa recepção chinesa de tais modificações em nome do princípio de mundo harmonioso, assim, marcaram a parceria estratégica sino-brasileira nos primeiros anos

da segunda década do século XXI. A reeleição, contudo, de Dilma Rousseff para a presidência da república em 2014 por uma pequena margem sobre seu rival e a crise político-econômica que instaurou-se em um Brasil polarizado a partir de 2015, atravancando o bom funcionamento administrativo e político do país, firmaria-se com o princípio do mais recente desafio para os laços oficiais entre brasileiros e chineses.

Rousseff, consumida por um processo de impeachment que a removeria em definitivo do comando da nação em agosto de 2016, corridos menos de dois anos do início de seu segundo mandato, não concentrou, no período, esforços presidenciais na manutenção das relações exteriores do Brasil com a China. O abalo na credibilidade internacional brasileira gerado pela massiva crise política que avassalava o país também deteriorava as capacidades de ação do próprio Itamaraty no exterior. O clima de instabilidade suspendia, de certa maneiras, avanços na agenda internacional brasileira, afetando, por conseguinte, a parceria estratégica mantida com Pequim.

A ascensão de Michel Temer à presidência brasileira e a nomeação de José Serra para a chefia do Ministério das Relações exteriores dão os primeiros indícios do caminho que se seguirá daqui em diante em termos de relações com a China. A nova política externa brasileira, desenvolvida pelo governo de Temer e apresentado por Serra, consiste em dez princípios de atuação internacional brasileira. Em muitos, observa-se a proposição de mudanças expressivas em comparação ao que se verificara nos últimos governos. O nono, em tom afirmativo, declara que as relações com a Ásia serão prioridade, em especial àquelas com a China, um “grande fenômeno econômico do século XXI” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

Temer, já em seu primeiro compromisso no exterior enquanto presidente, visitou o gigante asiático, encontrando-se com empresários e oficiais chineses. Mesmo em meio às tensões da instabilidade política brasileira e da grande oposição e rejeição ao seu ainda incipiente mandato, tratou de negociar questões de cunho econômico e político com Pequim. Em seu primeiro discurso, demonstrou admiração pela China e entusiasmos com as relações sino-brasileiras.

Eu quero registrar que esta é a primeira missão internacional que conduzo desde que assumi, em caráter definitivo, a Presidência do Brasil. E fico muito feliz por isto. Porque a China é destino dos mais apropriados para o início desta nova jornada. Em minha experiência como co-presidente de nossa Comissão Sino-Brasileira, aprendi a admirar o povo chinês, seu engenho e sua cultura. Aprendi a apreciar a diversidade e a profundidade das relações entre o Brasil e a China. Sobretudo, aprendi que não há distância geográfica capaz de separar a amizade genuína. Assim me sinto sempre que aqui desembarco: precisamente entre amigos. (TEMER, 2016).

O horizonte da parceria estratégica entre brasileiros e chineses, desse modo, é dúbio. Se, por um lado, fortaleceu-se ao longo de anos de cooperação, harmonia e diálogo, sempre enfrentou, em maior ou menor medida, desafios para sua plena implementação e funcionamento. Nos anos correntes, a instabilidade brasileira parece se firmar como o novo empecilho ao aprofundamento de suas relações com a China. Ainda assim, mesmo em meio a tempos difíceis, é razoável imaginar que a magnitude assumida pela China para a economia e o comércio internacional brasileiro, assim como a relevância detida pelo Brasil nos planos chineses de edificação de uma nova ordem mundial, assegurem a continuidade da parceria estratégica entre os dois países. Em que termos ela daqui em diante se construirá será função direta da maneira como brasileiros e chineses responderem às questões que hoje desafiam os laços entre as nações. O potencial da parceria estratégica entre Brasil e República Popular da China é imenso. O seu futuro dependerá, afinal, do que será feito de seu problemático - porém promissor - presente.

5 CONCLUSÃO

As relações entre Brasil e China não se originaram, de maneira alguma, nos anos de 1990 junto à formação da parceria estratégica entre as duas nações. Como visto, pelo contrário, remontam ainda ao século XIX, e perpassam, de algumas maneiras, os primeiros três quartos do XX. No princípio do quarto final, significativas mudanças se operavam nos dois países. Sob o comando de Geisel, em pleno regime militar, o Brasil buscava a autonomia nacional através da ampliação de suas conexões internacionais. Comprometida com o desenvolvimento doméstico, a política externa brasileira superava os limites outrora impostos pelas fronteiras ideológicas, ampliando os horizontes de suas possibilidades. A China, por sua vez, dava adeus ao Campo Socialista e ingressava no Terceiro Mundo, reposicionando-se no sistema internacional. Passava, então, a defender a solidariedade entre países periféricos como forma de enfrentamento das assimetrias da ordem mundial, apostando na cooperação e no princípio na não-interferência como forças motoras de uma nova política externa nacional. O cenário era ideal para a aproximação sino-brasileira e assim se fez. Em 1974, Brasil e China estabeleciam, finalmente, relações diplomáticas oficiais.

Foi somente na primeira metade da última década do século XX, entretanto, que as relações sino-brasileiras dotaram-se de dinamismo digno de nota. Como apontado na presente pesquisa, em meio a um reordenamento da comunidade mundial, sob as instabilidade do mundo pós-Guerra Fria, Brasil e China tomaram consciência da necessidade de reformulações internas e externas que melhor adaptassem ambos os países ao novo cenário global. Em meio a uma sucessão de decisões – algumas das quais beneficiavam, outras que prejudicavam as relações entre Brasília e Pequim – acabaram por edificar em 1993, através de discursos e atos oficiais, a parceria estratégica entre as duas nações. No seu conteúdo, havia o evidente entusiasmo quanto ao potencial papel a ser exercido por cada um dos países nos planos políticos e econômicos do outro. A partir de então, os laços entre Brasil e China se intensificariam em um ritmo expressivamente ascendente.

Entretanto, o significado preciso da ideia de parceria estratégica, vale recapitular, é difuso. Para a China, o conceito de parceria deriva das relações mantidas pelos soldados nos antigos exércitos chineses. Remete, hoje, ao enfrentamento conjunto de riscos e à partilha coletiva de ganhos. Em termos de relações internacionais, traduz-se em cooperação e coordenação. Já para o Brasil, o significado do termo varia ao longo do tempo, adaptando-se ao perfil da política externa sob o qual é empregado. Não detém peso seja cultural ou histórico relevante e, atualmente, é utilizado para descrever toda relação que seja, aos olhos

do país, promissora. Esvazia-se, assim, em certa medida, em meio a falta de rigor em sua recorrente aplicação, mas não perde, contudo, a sua importância. A clara inconsonância entre brasileiros e chineses em torno da referida questão, entretanto, não parece afetar a realização prática da parceria estratégica sino-brasileira.

Mesmo sob a influência do neoliberalismo que Fernando Henrique Cardoso implementara durante seus dois mandatos frente à presidência no Brasil, a relação do país com a China manteve-se em plena ascensão. O receituário de Washington somado aos princípios estadunidenses de política externa, seguidos com vigor por Cardoso, tendiam a colocar em risco os laços mantidos pelo Brasil com seus parceiros não convencionais, ou seja, aqueles que não faziam parte do grupo dos tradicionais Estados desenvolvidos do Norte. A parceria estratégica com o gigante asiático, entretanto, era de tamanhas possibilidades que o próprio presidente admitia a sua importância e, surpreendentemente, entusiasmava-se com a ideia de seu avanço. Simultaneamente, os chineses davam continuidade à sua política internacional de universalização com vistas a consolidar a influência internacional e ascensão mundial de seu país. Para tanto, fortalecer da relação com o Brasil, principal polo econômico, político e militar da América do Sul, era, aos olhos de Pequim, fundamental. Novamente, o cenário, apesar de eventuais percalços, era favorável à parceria estratégica entre brasileiros e chineses.

A virada do milênio trouxe novos elementos à evolução das relações entre Brasil e China. O neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso se esgotava frente à percepção das assimetrias do processo de globalização e do unilateralismo estadunidense. A oposição às opções de ideias e ações governamentais se expandia e culminaria, em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, opositor de Cardoso, à presidência. O novo chefe de Estado redefiniu, dentre muitos outros campos, a política externa brasileira, devolvendo a essa seus históricos traços ativos e desenvolvimentistas. A China, concomitantemente, impressionava o globo com sua performance econômica e com sua vigorosa participação nos principais fóruns políticos mundiais. Brasília e Pequim passaram a convergir nos grandes tópicos da agenda internacional e seus interesses mútuos eram inequívocos. Selando os bons tempos entre as nações, Lula viajaria à China em 2004 acompanhado de uma grande comitiva de políticos e empresários, visita retribuída por Hu Jintao, então presidente da China, ainda no mesmo ano. Brasil e China eram, mais do que nunca, parte, em termos claros, dos projetos estratégicos – em nível político, econômico e de segurança – um do outro.

A grande crise financeira de 2008 colocaria um fim aos anos dourados do início do século XX para a economia mundial. Suas repercussões políticas atingiram os principais

fóruns internacionais de cooperação. Em um cenário de tamanha instabilidade, o futuro das relações estabelecidas entre as nações era incerto. A parceria estratégica sino-brasileira não era exceção. Contrariando os prognósticos negativos, contudo, os laços entre Brasil e China seguiram em plena ascensão. Em 2009, como observado, os chineses atingiram um marco histórico ao se tornarem os principais parceiros comerciais dos brasileiros, tomando uma posição por décadas ocupada pelos estadunidenses. O Brasil foi capaz de manter o dinamismo de sua economia mesmo em meio à turbulência financeira internacional, e a China, por sua vez, consolidou-se como o principal produtor manufatureiro do mundo. Os dois países davam ao mundo provas do vigor de suas estruturas domésticas, além da resistência de suas relações.

O conteúdo da pauta comercial brasileira com a China, entretanto, transformou-se em inquietude. Ao longo dos anos, o Brasil passou a exportar cada vez mais produtos básicos aos chineses, importando, por outro lado, mercadorias industrializadas de alto valor agregado do gigante asiático. A semelhança desse padrão com aquele mantido pelos brasileiros com as potências desenvolvidas do Hemisfério Norte justificou a emergência da ideia de “ameaça chinesa”, ou seja, o risco da relação com a China resultar na especialização regressiva em bens primários por parte do Brasil. Um quadro de desindustrialização aguda, afinal, seria fatalmente prejudicial às pretensões de desenvolvimento brasileiro. A preocupação com tal quadro é evidentemente válida, mas não se pode, contudo, ignorar que a parceria estratégica do Brasil com a China é também composta de uma positiva cooperação política e, ainda, que o comércio estabelecido com Pequim, apesar de não ideal em conteúdo, é essencial para a manutenção dos superávits na balança comercial brasileira, contribuindo para dinamização da economia brasileira e, por capilaridade, da própria indústria nacional.

Viu-se que Dilma Rousseff, quando eleita, deu voz a tais observações, determinando que, sob seu mandato, somente as ações conjuntas que resultassem em ganhos igualmente benéficos às duas nações seriam oficialmente incentivadas. A China demonstrou solidariedade às preocupações brasileiras, comprometendo-se a estimular a melhora da composição do fluxo comercial entre os países. Em nome do “mundo harmonioso”, projeto chinês de ordem mundial multipolar e pacífica da qual o Brasil era parte essencial, Pequim pareceu disposta a se esforçar para satisfazer as ansiedades brasileiras quanto ao futuro da parceria estratégica entre os dois países. O horizonte desta, entretanto, seria novamente obscurecido pelo quadro de crise econômica que se abateu sobre o Brasil em 2015, culminando, no ano seguinte, com o impedimento de Rousseff e a ascensão ao poder, em meio a grande desaprovação popular, de Michel Temer. Em meio a diversas mudanças, o novo presidente sinaliza que as relações com a China não devem mudar substancialmente.

Pelo contrário, continuará se buscando o fortalecimento dos laços com os Chineses, de maneiras e com objetivos específicos, contudo, ainda desconhecidos.

A confirmação da hipótese inicial da pesquisa é explícita. De fato, a parceria estratégica entre Brasil e China se edificou mesmo em meio a muitos desafios através de diversas iniciativas de cooperação entre os dois países em áreas que se estenderam desde a econômico-comercial, passando pela política e, ainda, científica e tecnológica. Igualmente, é possível afirmar que, nos nossos tempos, brasileiros e chineses são partes significativas dos planos de desenvolvimento e estratégias político-econômicas internacionais de ambas as nações, ideia reforçada pela insatisfação chinesa com a ordem mundial corrente e pela sua ambição em construir um “mundo harmonioso” do qual o Brasil seria parte essencial. Para Brasília, Pequim é não somente um forte aliado político e econômico no presente, mas também a esperança da garantia futura dos meios necessários para o desenvolvimento do país. Já para os chineses, os brasileiros são, além de principal aliado político na América do Sul e expressiva contraparte comercial, peça elementar na construção de uma nova realidade global.

O futuro da relação entre os dois países, como já dito anteriormente, será resultado direto da maneira como as questões que se colocam frente ao seu presente serão respondidas. Ao Brasil, cabe superar suas próprias instabilidades e definir, a luz de determinado horizonte, os moldes nos quais as relações com a China serão travadas daqui em diante, especialmente no âmbito político. Variáveis econômicas não podem ser ignoradas, contudo, em especial as que tangem à composição dos fluxos comerciais entre os países, mas também é preciso debruçar-se sobre o conteúdo político dos laços com os chineses, além das possibilidades de ampliação da cooperação científica e tecnológica com Pequim. Já à China, vale definir com quem intensidade o Brasil seguirá inserido em seus cálculos políticos e econômicos, além de desenhar com mais precisão seus planos de ascensão mundial e reforma internacional, deixando claro, na medida do possível, o peso do grande parceiro sul-americano em seu futuro. Somente assim superar-se-á a dubiedade que atualmente impregna as relações entre os dois países, provendo as condições para que a parceria estratégica sino-brasileira realize-se em sua total potencialidade, de modo a permitir que Brasil e China materializem plenamente seus projetos de nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de P; WERNECK, Rogério L. F. Estabilização, abertura e privatização, 1990-1994. **A ordem e o progresso**. Capítulo 15, p. 313-330.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série histórica de fluxos de investimento direto – distribuição por país ou por setor**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistFluxoInvDir.asp>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BARBOSA, A. F.; JENKINS, R. **A ascensão chinesa e os dilemas para a indústria brasileira**: pressão competitiva, reestruturação econômica e emprego. São Paulo: Cebrap, jun. 2011.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China**: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). Brasília: FUNAG, 2008.

_____. O que esperar das relações Brasil-China?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, p.31-44, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/04.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

CABRAL, Severino. Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 24-42, jan. 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a02.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. Brasil e China - aliança e cooperação para o novo milênio. In: INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Brasil e China: multipolaridade**. Brasília: Funag, 2003. p. 263-290.

CASTRO, A. B. From semi-stagnation to growth in a sino-centric market. **Brazilian Journal of Political Economy**, v.28, n. 1, p.3-27, 2008.

CERVO, Amado. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 7-34.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CHACON, Vamireh. Política Externa da China na virada do século XX para o XXI. In: INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Brasil e China: multipolaridade**. Brasília: Funag, 2003. p. 309-317.

CHEN, Wang. Entrevista de Giovani Cubeddu com Wang Chen, Ministro da Informação da República Popular da China. **Revista 30 dias**, n. 12, dez. 2009.

CUNHA, André M. “A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional”. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 19, p. 9-29, nov. 2011.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/03.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. Desenvolvimento e autonomia: os eixos da política externa do governo Geisel (1974-1979). In: SILVA, André Luiz Reis da; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985)**. Curitiba: Juruá, 2014. p. 125-165. Disponível na biblioteca pessoal do aluno.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. Relações Brasil-China: uma parceria estratégica?. **Século XXI**, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 11-28, jan. 2010. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1701/28>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Leticia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 38, n. 1, p.5-23, jan. 1995.

HOBBSAWM, Eric. **The age of extremes**. Nova Iorque: Vintage, 1996.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

_____. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 41, p. 29-41, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41nspe/a03v41nspe.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2016.

MINGDE, Li. As relações sino-brasileiras: passado, presente e futuro. In: INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **O Brasil e a Ásia no século XXI: Ao encontro de novos horizontes**. Brasília: Funag, 2003. p. 69-84.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **República Popular da China**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. **Discurso de posse do Ministro José Serra**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em 05 nov. 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, p.7-30, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n1/v47n1a02.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. **Brasil e China: cooperação sul-sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 208 p.

_____. Brasil-China: uma pareceria predatória ou competitiva? **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p.143-160, jan. 2016.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. *In*: LEÃO, R.P.F; PINTO, E.C.; ACIOLY, L. (Org). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso de posse ao Congresso**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>>. 2011. Acesso em: 20 out. 2016.

SENNES, R.U.; BARBOSA, A.F. China-Brasil: uma relação multifacetada e dinâmica. *In*: FUNAG – FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Org). **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Funag, 2011.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2008. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Curitiba: Juruá, 2009.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 2, p.191-222, abr. 2004.

SU, Hao, “Harmonious World: the conceived international order in framework of China’s foreign affairs”. *IN*: IIDA, Masafuni. **China’s Shift: global strategy of the rising power**. Tokyo: The National Institute of Defense Studies. NIDS Joint Reseach Series, number 3, p. 29-55, 2009. Disponível em: <http://www.nids.go.jp/english/publication/joint_research/series3/pdf/3-2.pdf>. Acesso em: 31 maio 2016.

TEMER, Michel. **Discurso durante cerimônia de encerramento do seminário empresarial de alto nível Brasil-China – Xangai/China**. 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-encerramento-do-seminario-empresarial-de-alto-nivel-brasil-china>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.